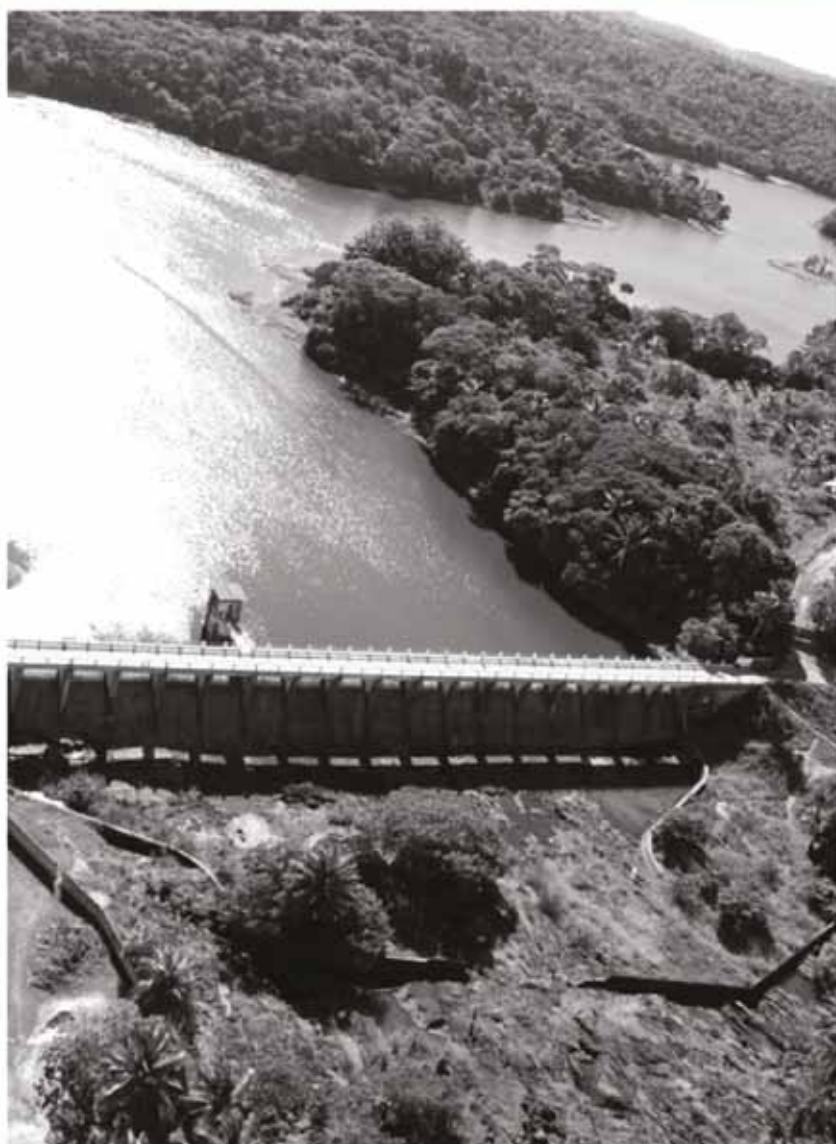




PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL DO
VETOR IPITANGA
Volume 2 / Salvador / 2016

PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL DO
VETOR IPITANGA
Volume 2 / Salvador / 2016



Governo do
Estado da Bahia

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
HÍDRICA E SANEAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Consórcio
COPHYDROS



Autorizo a reprodução parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico,
para fins de estudos e pesquisa, desde que citada a fonte.

COPYRIGHT 2016
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO – SIHS

PROJETO GRÁFICO

Fabio Farani, Mel Travassos e Iure Aziz

CAPA, INFOGRAFIA E EDIÇÃO DE IMAGENS

Fabio Farani

MAPAS

Mel Travassos

DIAGRAMAÇÃO

Iure Aziz

REVISÃO

Adriana Telles

IMPRESSO NA

Editora Gráfica da Bahia – EGBA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA

Bibliotecária Aidil Neto Amorim – CRB - 643 – 5ª Região - BA.

B151p Bahia (Estado). Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento.
Plano urbanístico e ambiental do vetor Ipitanga. / Secretaria de Infraestrutura
Hídrica e Saneamento: Salvador: EGBA, 2016.

62p. : il.

Master Plan – Parque do Ipitanga – Vol. II

Inclui tabelas, gráficos e mapas.

Superintendência de Saneamento.

1. Plano Urbanístico e Ambiental. 2. Região Metropolitana de Salvador. 3. Sane-
amento. 4. Vetor Ipitanga. 5. Parque Estadual. I. Bahia. Secretaria de Infraestrutura
Hídrica e Saneamento.
I. Título.

CDU – 711(813.8)
CDD – 711.48142

SIHS – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO DO ESTADO DA BAHIA

End: 3ª Avenida, Nº 390, Ala Norte, 2º andar – Centro Administrativo da Bahia – CAB

CEP: 41.745-005 | Salvador - Ba – Brasil | Tel: (71) 3115 – 6214/ 3115-6292

ascom@SIHS.ba.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa

GOVERNADOR

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

Cássio Ramos Peixoto

SECRETÁRIO

SUPERINTENDÊNCIA DE SANEAMENTO

Carlos Fernando Gonçalves de Abreu

SUPERINTENDENTE

DIRETORIA DE SANEAMENTO URBANO

Geraldo de Senna Luz

DIRETOR

Anesio Miranda Fernandes

COORDENADOR

EQUIPE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO

ENGENHEIRO CIVIL Anésio Miranda Fernandes

ANALISTA TÉCNICA Tônia Maria Dourado Vasconcelos

APOIO TÉCNICO

Thaís Baião Dultra

Vanessa Britto S. Cardoso

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Martins Marques de Santana

SECRETÁRIO

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Lívia Maria Gabrielli Azevedo

SUPERINTENDENTE

SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO

Adalva Pereira Tonhá

SUPERINTENDENTE

SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE

Grace Gomes

SUPERINTENDENTE

EQUIPE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO

Maria de Lourdes Costa Souza

Silvia Verena Escudero

Sara Cristina Medeiros Cavalcante

Maria Dulce Lavigne de Lemos Mota

Ivana Maria Cerqueira Seixas

Maria Luiza Bastos

REPRESENTANTES NO GRUPO DE TRABALHO VETOR IPITANGA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA
E SANEAMENTO

Geraldo de Senna Luz
José Moreira Filho
Anésio Miranda Fernandes
Sergio Oliveira Pinto de Assis

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Geneci Braz de Sousa
Paulo Leonelli Vilela
João Paulo Pereira Ribeiro
Ruy Couto Tourinho

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Maria de Lourdes Costa Souza
Silvia Verena Escudero
Sara Medeiros Cavalcante
Débora Cardoso
Ivana Maria Cerqueira Seixas
Maria Luiza Bastos

EMBASA

Vinícius Pais Barroso Azevedo
Renata Silveira Fraga

CONDER

Claudio de Oliveira Torres
Francisnália de Almeida Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR

José Augusto Saraiva Peixoto
Elba Guimarães Veiga

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

REPRESENTANTES DOS MORADORES DO BAIRRO CASSANGE E ADJACÊNCIAS

André Antunes
Ângelo Antonio Varela Correia
Carlos Antonio da Silva
Eliana Santana
Ineildes Matos Queiroz
José Silvino Gonçalves dos Santos
Liliane Cristina C. Santana
Maria da Paz Barbosa dos Santos
Mario Alves de Oliveira
Marizete Pereira de Souza
Paulo César Conceição Antunes
Rosenice Ferreira de Souza
Sinézio Ramos
Solidade S. Rodrigues

CONSÓRCIO

HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO S/A
FFA ARQUITETURA E URBANISMO LTDA.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS – HYDROS

ENG. Sílvio Humberto Vieira Regis
ARQ. Liana Silvia de Viveiros e Oliveira

RESPONSÁVEL TÉCNICO – FFA

ARQ. Floriano Freaza Amoedo

DIRETOR

ENG. Sílvio Humberto Vieira Regis

COORDENAÇÃO GERAL

ENG. Ulysses Fontes Lima

COORDENAÇÃO SETORIAL

GEOL. Sandro Camargo

COORDENAÇÃO TÉCNICA

ARQ. Floriano Freaza Amoedo
ARQ. Liana Silvia de Viveiros e Oliveira

GERENTE DO CONTRATO

ARQ. Liana Silvia de Viveiros e Oliveira

EQUIPE TÉCNICA

CIENT. POL. Claudio André Souza

ARQ. Sanane Sampaio

ENG. Rejane Santana

ENG^a. Ana Félix

ENG. Andrea Brock

ENG. Laércio Brito Regis

GEOL. Isaac Queiroz

GEOG. Eliza Maia

URB. Rivelle Rivetria Santana dos Santos

URB. Manuela Mattos V. de Azevedo

SOC. Maria Auxiliadora da Silva Lobão

ADV. Bruno Heim

A.S. Elisamara Emiliano

ARQ. Sílvia Molteni

ENG. Jorge Almério Souza Moreira

ENG. Claudio Luís de Souza Arraes

ENG. Franz Rangel da Silva

ENG. Tiago Leite Carneiro

ARQ. Marina Annes Duarte

ENG. Roberto Falcão

ARQ. Marília Cavalcanti

ARQ. Dila Reis,

ARQ. André Sena

ARQ. Daniel Colina

ARQ. Catalina Bas Casp

APOIO TÉCNICO

Rodrigo Felipe de São Pedro – Estagiário
Rodrigo Maciel Martins – Estagiário
Sofia Reis – Estagiária
Kátia Zinn – Estagiária
Karine Dultra – Estagiária

Flávio Carvalho – Estagiário
Viviane Kubo – Estagiária
Isis Piauhy - Estagiária
Nuno Moreira - Estagiário
Lucas Galvão - Estagiário
Beliza Campos - Estagiário

ARQ. Rodolfo Madureira
ARQ. Floriano Freaza Amoedo
ARQ. Liana Viveiros
ARQ. Karla Benevides
ARQ. Julia Cruz da Silva
ARQ. Maria do Socorro Fialho da Silva
ARQ. Carl von Hauenschild
ARQ. Francisco José Mattos Teixeira Cavalcante
SOC. Ruy Aguiar
SOC. Rafael de Aguiar Arantes
BIO. Daniela Reitermajer
BIO. João Cláudio Vianna
BIO. Mário Henrique Barros

Lúcia Maria Bacellar Reis – Edição
Maria Perpetua Rodrigues – Técnica
Patrícia Nunes Pereira – Técnica
Anderson Araújo – Projetista
Oswaldo Sales – Projetista
Romulo Casiero – Técnico

PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL DO
VETOR IPITANGA
Volume 2 / Salvador / 2016





APRESENTAÇÃO

O Master Plan do Parque do Ipitanga, ora apresentado, sintetiza os elementos principais da proposta de criação e implementação de uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, na categoria Parque Estadual, em importante área da Região Metropolitana de Salvador (RMS). O conceito, os objetivos, princípios, diretrizes e programas para a futura Unidade de Conservação estão aqui estabelecidos para, mediante encaminhamento entre os órgãos estaduais e municipais envolvidos, efetivar uma importante iniciativa de proteção ambiental e conservação da infraestrutura

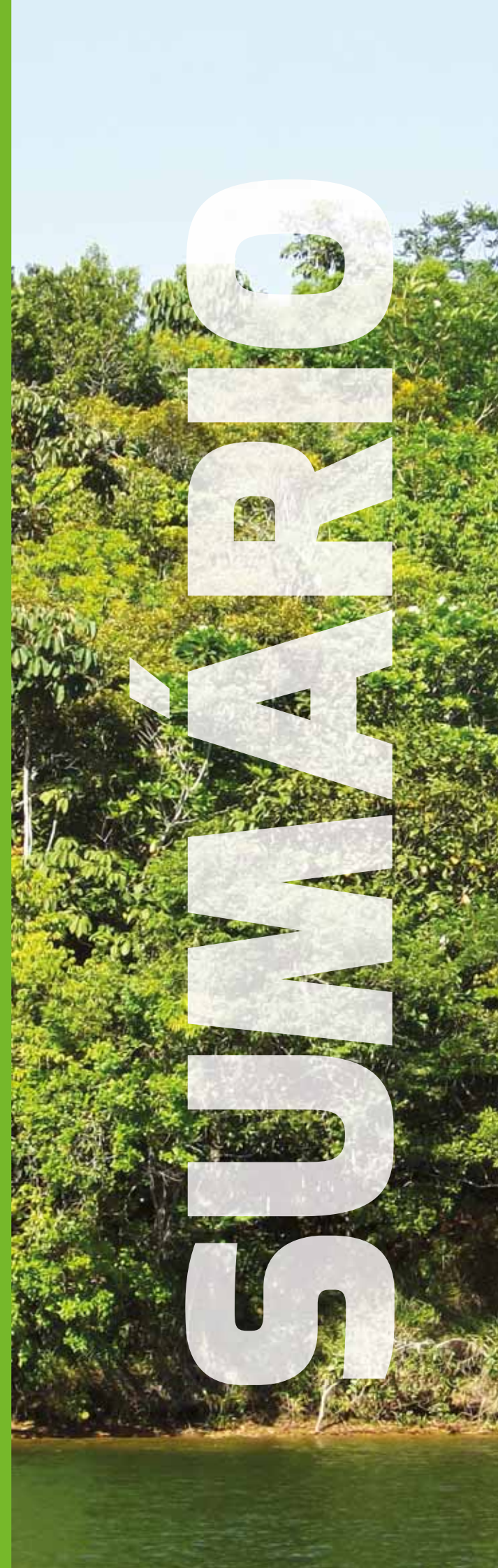
hídrica representada pelos reservatórios do Ipitanga I, II e III.

Como parte integrante do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, esta proposta se alinha às orientações de governo de atuar em uma área central da RMS, inserida nos municípios do Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas, de forma integrada e intersetorial. Compatibiliza, nessa perspectiva, proposições ancoradas nos princípios da sustentabilidade e do direito à cidade presentes nas normas gerais de política ambiental, da política urbana e da política de saneamento.

Esta proposta se articula às demais ações previstas no Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga relativas ao saneamento básico, à mobilidade e acessibilidade, urbanização de assentamentos precários, produção de moradias, regularização fundiária, educação ambiental, equipamentos urbanos, entre outras, no sentido de contribuir no propósito maior de estruturação metropolitana. Trata-se, portanto, de mais uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia para fortalecer a governança metropolitana protegendo os seus recursos de valor ambiental, social e cultural.

INTRODUÇÃO – 11
DO PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL AO PARQUE DO IPITANGA – 12
Contexto – 14
Pressões incidentes e qualidade ambiental – 18
Histórico – 22
Participação social – 24
O PARQUE DO IPITANGA – 26
Princípios – 27
Concepção e Componentes Projetuais – 29
DIRETRIZES DE GESTÃO – 44
Diretrizes gerais – 45
Diretrizes específicas e ações propostas – 47
PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS – 51
GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA – 59
LISTA DE IMAGENS – 62

Parque Estadual do Ipitanga





INTRODUÇÃO

A região do Vetor Ipitanga compreende peculiaridades ambientais que a qualificam como uma importante área de proteção de mananciais do rio Ipitanga, além de abrigar os principais remanescentes de Floresta Ombrófila do município do Salvador. No entanto, apesar da incontestável importância ambiental, essa região vem sofrendo os efeitos da urbanização desordenada e da crescente especulação imobiliária, uma vez que, desde o ano de 2008, passou a fazer parte da zona urbana do Município.

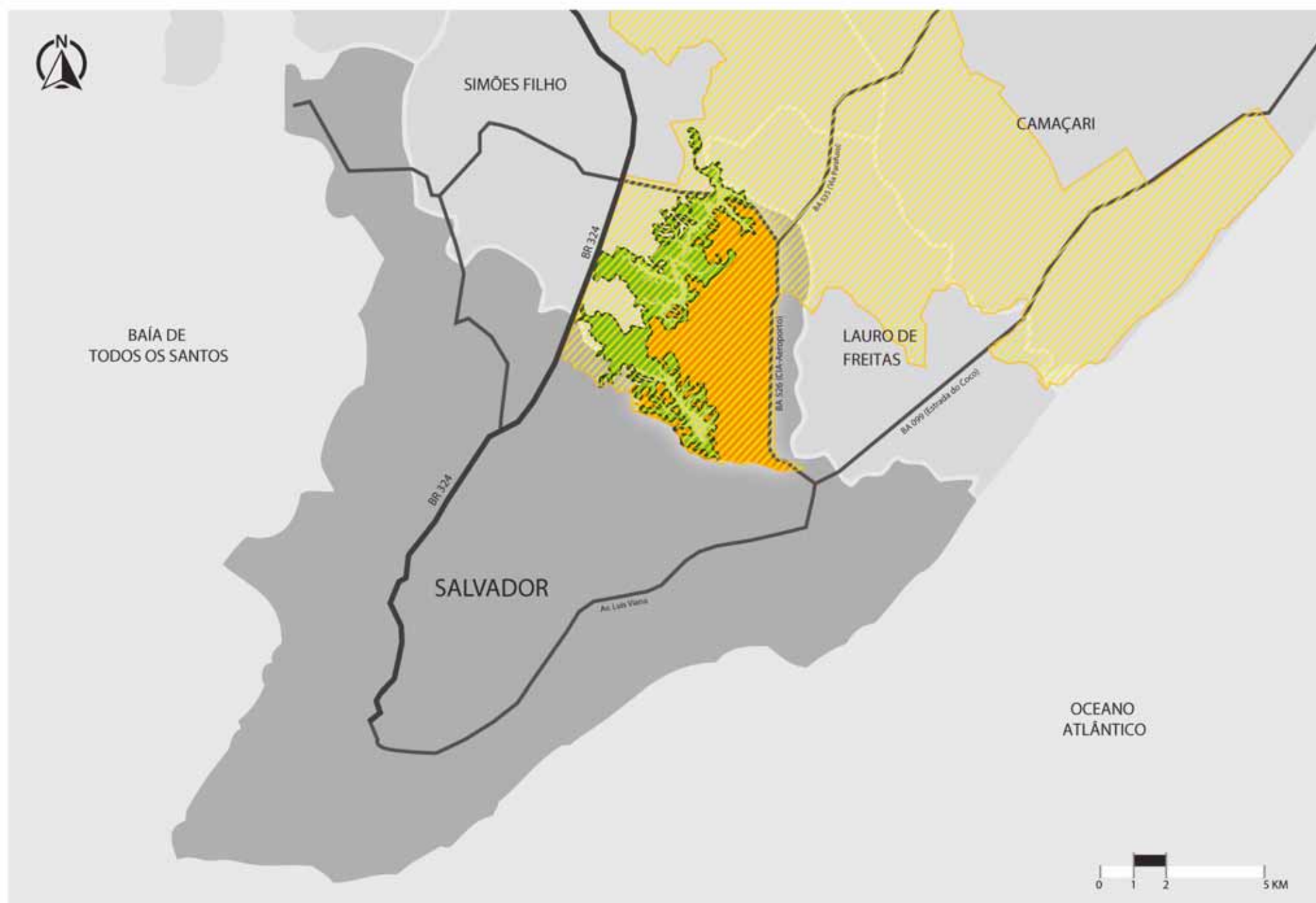
Ante esse quadro, de reconhecimento do valor ambiental e funcional da área do entorno das represas, associado às carências

de infraestruturas de suporte ao desenvolvimento comunitário, os movimentos sociais da área clamam por uma solução para garantir a preservação ambiental, associada a um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Portanto, torna-se imperativo para a preservação da qualidade ambiental, a preservação do manancial de abastecimento e o atendimento às demandas da população, em sintonia com as indicações dos estudos técnicos, a criação de um afetivo mecanismo de proteção da área. Nesse sentido, a criação de um Parque prenuncia-se como uma resposta promissora.

A photograph of a lush green landscape. In the foreground, there is a dense field of green plants. A river flows through the middle ground, with a large, dark, leafy tree on the left bank. The background is filled with a dense forest of green trees under a clear blue sky.

DO PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL AO PARQUE DO IPITANGA



PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA LOCALIZAÇÃO

LEGENDA

- Proposta do Parque Estadual do Ipitanga
- Área de Estudo Vetor Ipitanga
- APA Joanes - Ipitanga



CONTEXTO

O Parque do Ipitanga é um dos projetos estruturantes previstos no Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, área que ocupa posição central na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e abrange áreas dos municípios de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas.

Compreende a área de proteção de mananciais do rio Ipitanga e abriga remanescentes representativos de Floresta Ombrófila ainda preservados. Integra, em razão dos seus atributos, o território da Área de Proteção Ambiental Joanes-Ipitanga, criada através do Decreto Estadual nº 7.596/ 1999. Entretanto, ainda que seja inquestionável sua importância ambiental, a região sofre os muitos efeitos da urbanização desordenada, assim como da especulação imobiliária – desde que parte considerável da área passou a integrar a zona urbana de Salvador, em 2008.

Tal condição gerou uma demanda adicional por projetos de infraestrutura associados a inúmeros empreendimentos habitacionais previstos, instalados ou em fase de instalação. Consolida-se assim, uma dinâmica que associa a área à condição de última fronteira de expansão urbana do município do Salvador. Além das pressões por ocupação no bairro de Cassange, com características e usos

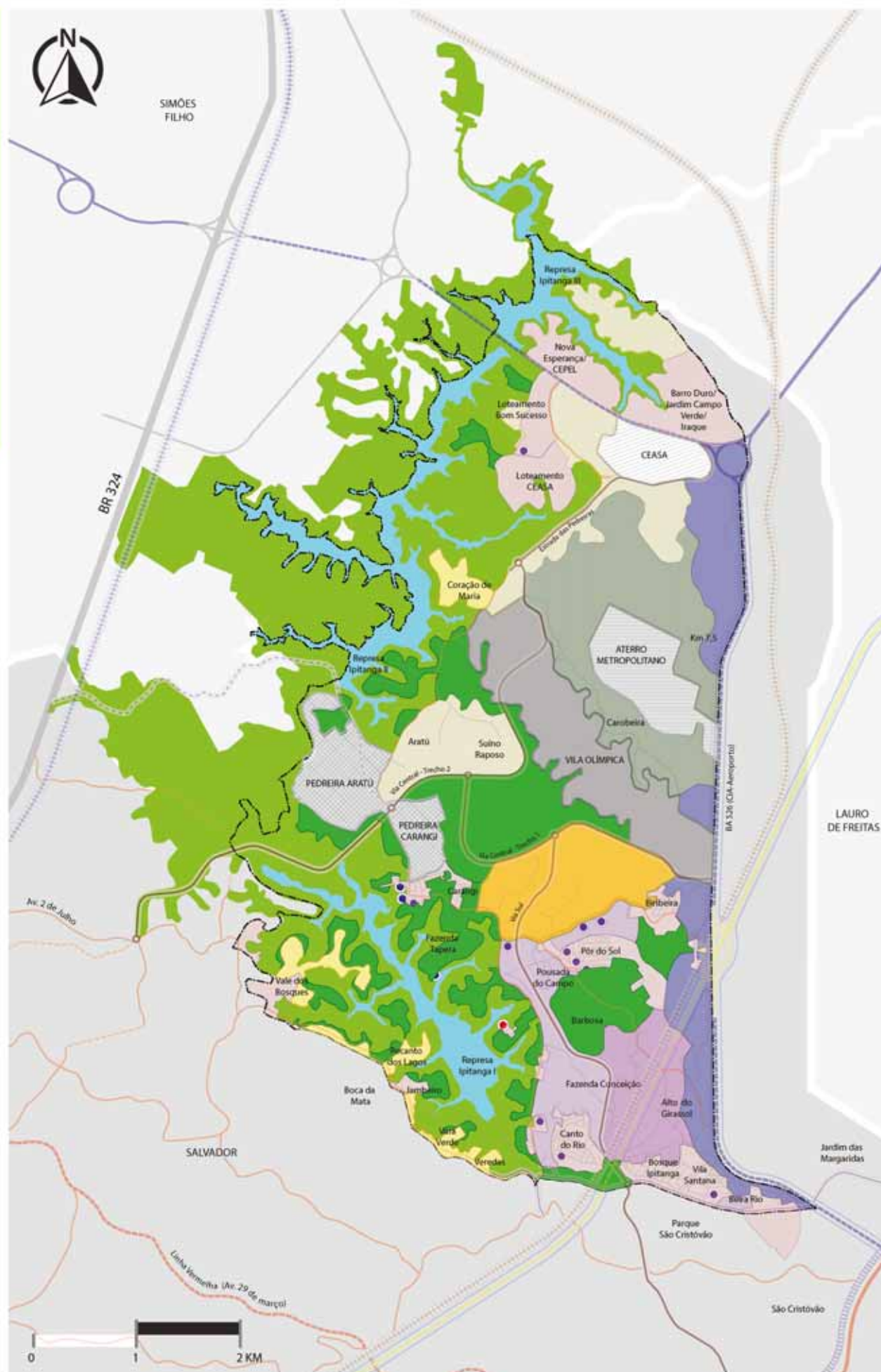
tipicamente rurais ainda presentes, a área recebe fortes pressões nas suas bordas vizinhas aos bairros de Cajazeiras, Boca da Mata e São Cristóvão hoje bastante adensados, e também na sua porção inserida em Simões Filho. Mais recentemente, com a implantação de projetos habitacionais de interesse social na área e entorno imediato, a pressão imobiliária se acentuou, sendo já percebidos os impactos ambientais e paisagísticos, sobretudo em Cassange.

Nesse contexto encontram-se as represas Ipitanga I, II e III, ainda representativas para o sistema de abastecimento da RMS. Esse suprimento de água é hoje responsável pelo abastecimento de zonas industriais do Centro Industrial Aratu (CIA) e de áreas atendidas pelo Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho (SIAA de Salvador). Esse uso impõe restrições adicionais à região circundante às represas, pela sua condição de área de proteção de mananciais, de acordo com a Lei Estadual nº 10.431/2006.

A população residente nas localidades inseridas na área do Vetor Ipitanga convive com a precariedade urbanística evidenciada na ausência de abastecimento de água e de coleta de esgotos; nos

inúmeros problemas de mobilidade e acessibilidade que associam precariedade do sistema viário, inexistência de calçadas etc.; no atendimento dos serviços sociais, no acesso à cultura e lazer, entre outros. Apesar de toda essa carência, trata-se de um território com inestimável riqueza paisagística e cultural, de uma população com elevada capacidade associativa e comprometimento com a busca de melhorias para a área.

Esse quadro de carências se reflete na perda gradativa da qualidade da água dos reservatórios, principalmente nas áreas em que o curso do rio Ipitanga se aproxima de zonas mais adensadas, nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas. Todavia, apesar do panorama ambiental preocupante, a qualidade da água nesses reservatórios ainda se encontra adequada para o consumo humano, sendo classificada como ótima ou boa. Entretanto, alguns parâmetros avaliados indicam uma condição de crescente depreciação e risco de eutrofização desse recurso, principalmente em trecho a jusante da represa Ipitanga I até a confluência com o rio Joanes, no município de Lauro de Freitas, e em afluentes a montante, especialmente naqueles do entorno da represa III, do CIA e das ocupações nas imediações da Palestina, Cajazeiras XI e Fazenda Grande I



VETOR IPITANGA

ZONEAMENTO

LEGENDA

- Área de Estudo Vetur Ipitanga
- Represas do Ipitanga

ZONEAMENTO

- ÁREA DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - APRN
 - Área de Sítio / Remanescente de Mata Atlântica
 - Cinturão de Proteção do Aterro Sanitário
- CORREDOR DE USOS DIVERSIFICADOS - CDI
 - Corredor Especial de Ipitanga
- ZONA DE REGIME URBANÍSTICO ESPECIAL - ZRE
 - Área de Urbanização Integrada
- UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL
 - Parque Estadual do Ipitanga
- ZONA DE USO CONTROLADO - ZUC
 - Zona de Uso Controlado Habitação
 - Zona de Uso Controlado Misto
- ZONA DE EXPLORAÇÃO MINERAL - ZEM
 - Área de Mineração
- ZONA DE USO ESPECIAL - ZUE
 - Área do Aterro Sanitário
 - Equipamento de Esporte e Lazer (Vila Olímpica)
 - CEASA
- ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS
 - ZEIS
- ZONA PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL - ZPR
 - ZPR-1
 - ZPR-2
- ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA - APCP
 - TERREIROS
 - QUITUTEIRAS

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Vário Proposto Plano, 2013;
Elaboração Própria, Polígonais ZEIS, 2013;
SEDUR, Rede Metropolitana, 2016.

A concepção do Parque se apoia na estratégia de qualificação socioambiental do Plano Urbano e Ambiental do Vetor Ipitanga, tendo como diretrizes:

- ♦ Conservação das represas e a manutenção dos remanescentes florestais em seu entorno;
- ♦ Valorização do maciço florestal central existente na poligonal, tanto em função da proteção que confere aos mananciais locais, quanto pelo aporte de recursos disponibilizados para toda

biota associada;

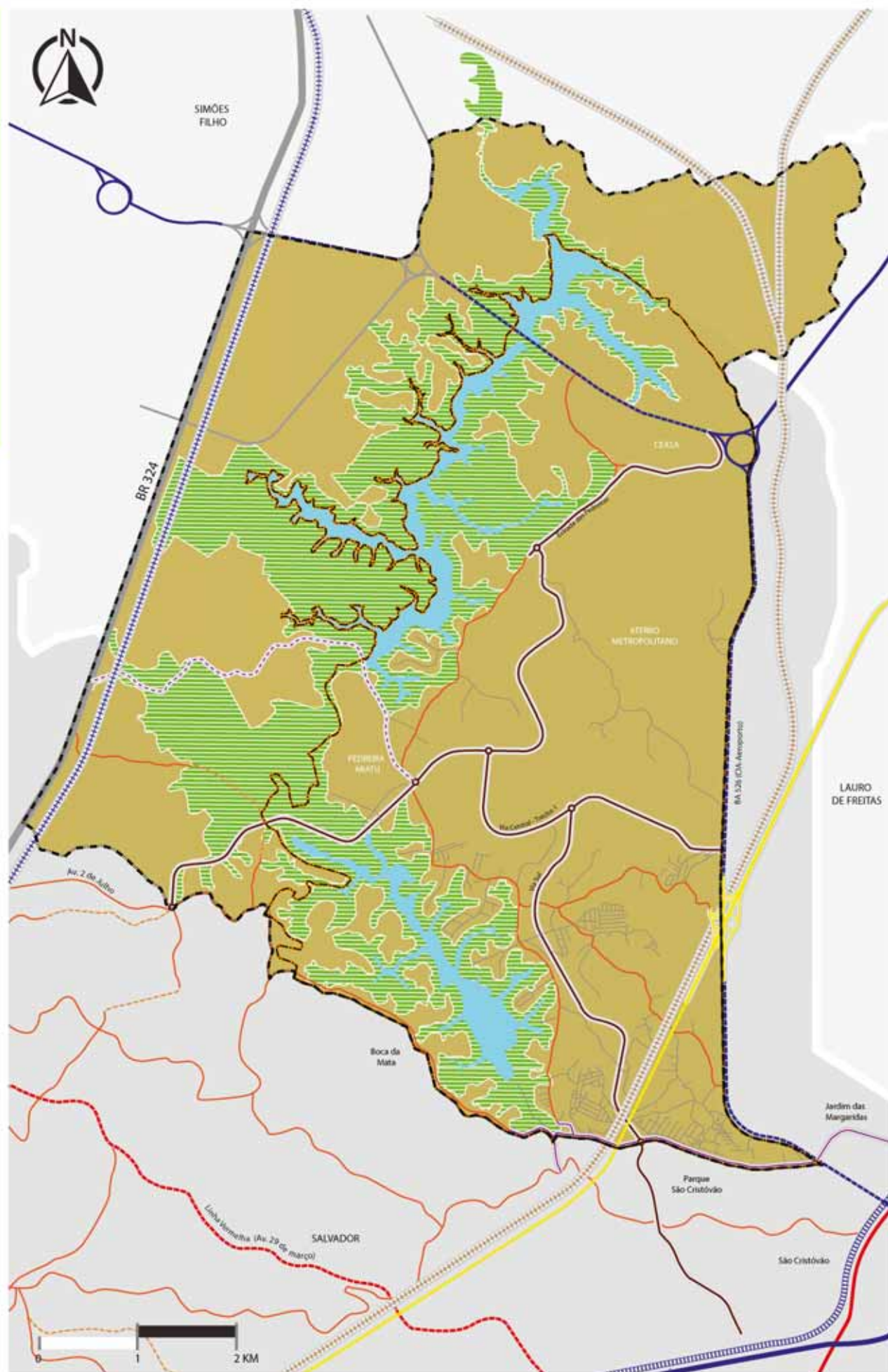
- ♦ Criação do Parque Estadual do Ipitanga, considerando uma proposta de poligonal que possibilite a conservação integral, inicialmente das Áreas de Preservação Permanente (APP), das represas de Ipitanga I, II e III, bem como do maciço florestal inserido na região nuclear do Vetor Ipitanga;
- ♦ Implantação de estruturas de apoio do Parque Estadual do Ipitanga, em áreas propensas à ocorrência de ocupações irregulares, a fim de

conter o avanço destas sobre a APP das represas Ipitanga I, II e III;

- ♦ Recuperação de áreas degradadas inseridas na faixa de APP de 100m estabelecida para os reservatórios de Ipitanga I, II e III;
- ♦ Restrição e estabelecimento de critérios rígidos para implantação de empreendimentos com elevado potencial poluidor ou que possam atrair grandes contingentes populacionais, principalmente na região de entorno das represas Ipitanga I, II e III.

FIGURA 03 – FOTOGRAFIA AÉREA DA REPRESA DO IPITANGA I





VETOR IPITANGA

ÁREA DE ESTUDO

LEGENDA

-  Área de Estudo do Parque
-  Área de Estudo Vektor Ipitanga
-  Proposta do Parque Estadual do Ipitanga
-  Represas do Ipitanga

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Vário Proposto Plano, 2013;
SEDUR, Rede Metroviária, 2016.

PRESSÕES INCIDENTES E QUALIDADE AMBIENTAL

A área de estudo é caracterizada por três fisionomias principais: áreas urbanas, áreas de espelho d'água e áreas com floresta ombrófila, em estágios inicial, médio e avançado de regeneração. A análise dessas fisionomias relacionadas com as características socioeconômicas da área apontou para a definição de quatro unidades de paisagem:

- ♦ Floresta Ombrófila em Estágio Avançado de Regeneração;
- ♦ Floresta Ombrófila em Estágio Médio de Regeneração;
- ♦ Floresta Ombrófila em Estágio Inicial de Regeneração;

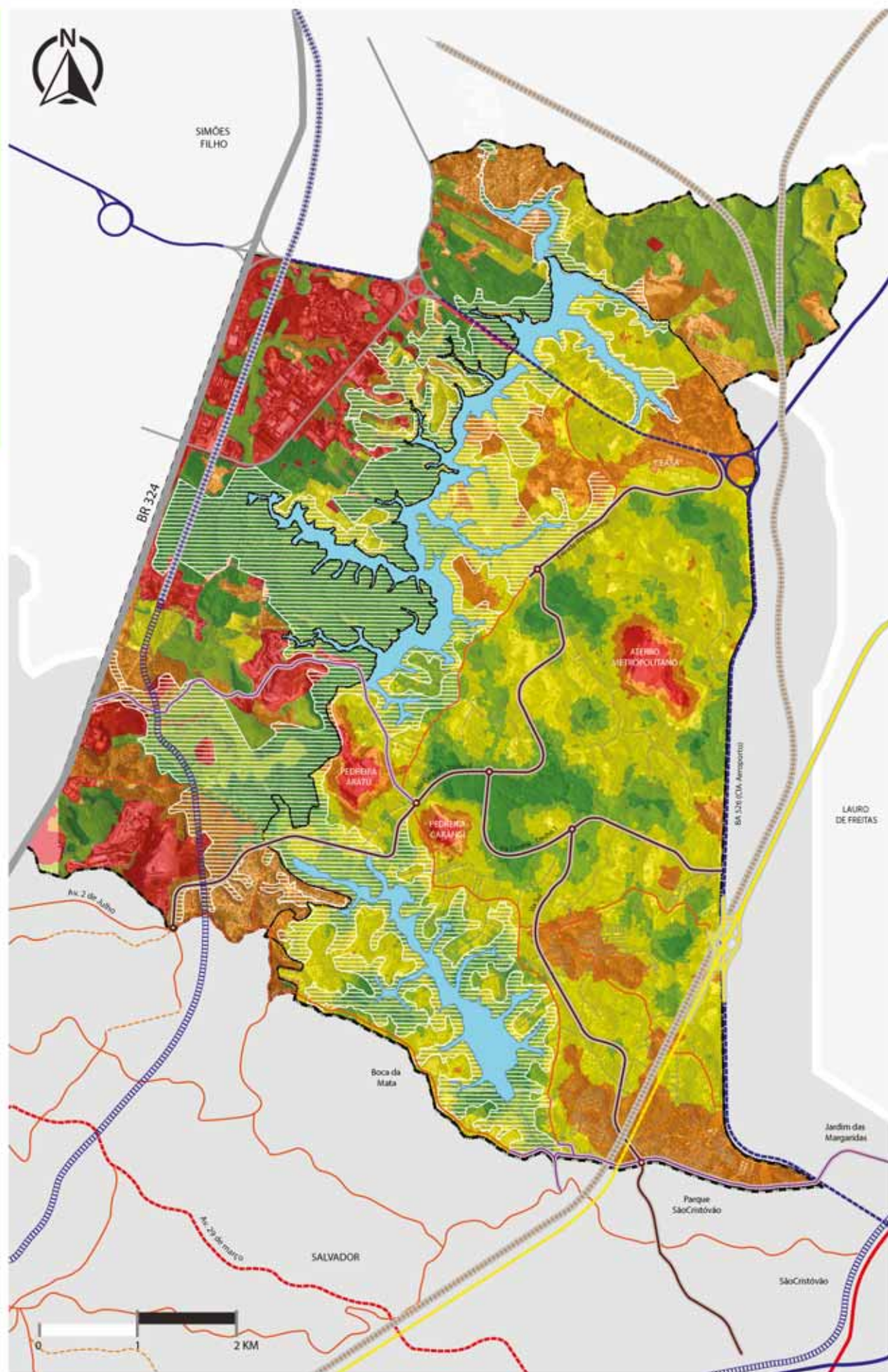
- ♦ Área Ocupada (agricultura, pastagem, urbanização, áreas industriais, comerciais, pedreiras e aterro).

Essas unidades foram classificadas quanto ao nível de pressão ambiental a que estão sujeitas, de acordo com o Quadro 01 e Figura 02:

QUADRO 01 – NÍVEIS DE PRESSÃO AMBIENTAL INCIDENTES

Nível de Pressão Ambiental Incidente	Características
Muito Baixo	Remanescentes florestais com vegetação em estágio inicial, médio ou avançado de regeneração, em suas áreas mais nucleares, não sujeitas à pressão da urbanização descontrolada ou de empreendimentos de elevado potencial poluidor.
Baixo	Remanescentes florestais com vegetação em estágio inicial, médio ou avançado de regeneração, nas áreas mais externas, próximas a áreas do entorno dos reservatórios do Ipitanga ou sujeitas à pressão da urbanização descontrolada ou de empreendimentos de elevado potencial poluidor.
Médio	Áreas caracterizadas por haver ocupações urbanas de baixa densidade populacional, sujeitas à especulação imobiliária crescente ou aos efeitos decorrentes da operação da rodovia CIA/Aeroporto e os riscos associados a esta. Áreas de sítio e destinados à agropecuária foram consideradas integrantes desse contexto de pressão.
Alto	Áreas caracterizadas por haver ocupações urbanas de alta densidade habitacional, atendidas precariamente por serviços de saneamento. Áreas localizadas no entorno imediato e além das áreas de mineração e do Aterro Metropolitano Centro e das ocupações urbanas de alta densidade em áreas mais periféricas dos bairros de São Cristóvão, Boca da Mata e Cajazeiras, bem como aquelas que sofrem os efeitos decorrentes da operação do CEASA (deposição indevida de resíduos sólidos) e de outros empreendimentos de elevado potencial poluidor.
Muito Alto	Áreas utilizadas para atividade de mineração/pedreira (retirada de cobertura vegetal, abertura de crateras no solo, poluição hídrica, sonora, entre outros), pelo Aterro Metropolitano Centro (retirada de cobertura vegetal, lixiviação de material depositado, resultando em possível contaminação do solo e corpos hídricos etc.) e área de ampliação prevista. Incluem-se ainda em nível de pressão muito alto o aterro de resíduos inertes (Classe II-B) e as novas áreas potenciais de lavra de minério/pedreira identificadas. Áreas industriais associadas ao comércio foram consideradas com nível de pressão muito alto, principalmente as instalações presentes no CIA e áreas periféricas.

Fonte: Modificado de Cenários de Pressão Ambiental (HYDROS, 2015. PLANO URBANÍSTICO E AMBIENTAL E PROJETOS ESPECÍFICOS PARA O VETOR IPITANGA. MASTERPLAN DO PARQUE METROPOLITANO DO IPITANGA – DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR).



VETOR IPITANGA

PRESSÕES AMBIENTAIS INCIDENTES

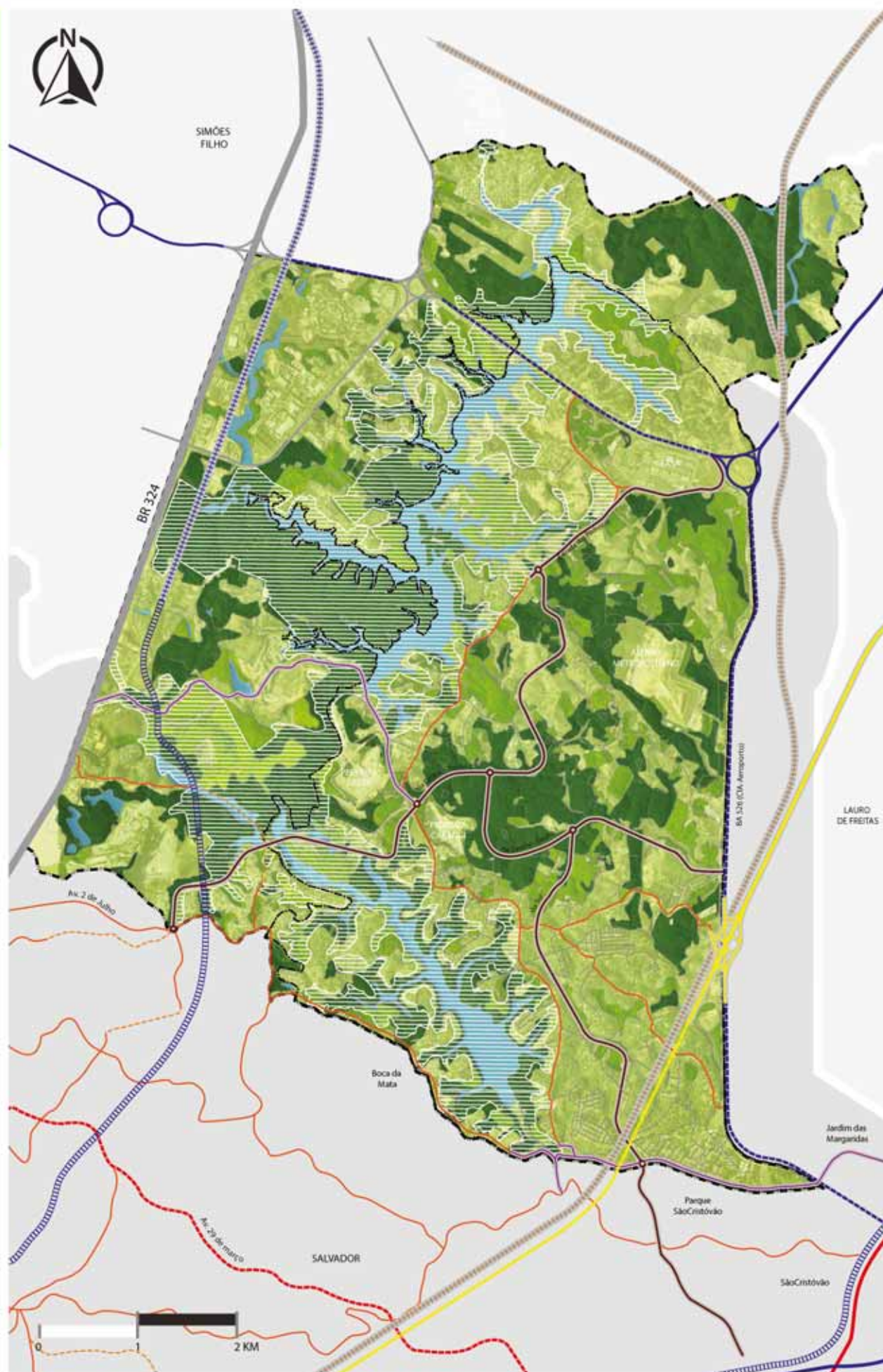
LEGENDA

- Área de Estudo do Parque
- Área de Estudo Vektor Ipitanga
- Proposta do Parque Estadual do Ipitanga

PRESSÃO AMBIENTAL

- Muito Alta
- Alta
- Média
- Baixa
- Muito Baixa

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Viário Proposto Plano, 2013;



VETOR IPITANGA

QUALIDADE AMBIENTAL

LEGENDA

- Área de Estudo do Parque
- Área de Estudo Vektor Ipitanga
- Proposta do Parque Estadual do Ipitanga

PRESSÃO AMBIENTAL

- Alta
- Baixa
- Muito Baixa
- Reservatório/ Área úmida

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Viário Proposto Plano, 2013;



FIGURA 07 – FOTOGRAFIA AÉREA DA REPRESA DO IPITANGA III

A análise da qualidade ambiental integra caracteres peculiares aos meios físico, biótico e socioeconômico, com destaque para a caracterização do risco geológico, da cobertura vegetal, uso e ocupação do solo. Os critérios valorativos de qualidade ecológica associados à integridade, importância ecológica e capacidade de suporte resultaram na classificação da qualidade ambiental descrita no Quadro 02 e apresentada na Figura 03 – Qualidade Ambiental.

QUADRO 02 – CLASSIFICAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DAS UNIDADES AMBIENTAIS IDENTIFICADAS NO VETOR IPITANGA

Unidade Ambiental	Indicadores de Qualidade Ecológica			Ponderação	Qualidade Ambiental
	Integridade	Importância	Capacidade de Suporte		
Unidade ambiental com predomínio de vegetação do tipo Floresta Ombrófila Densa em Estágio Avançado de Regeneração	4	4	4	12	Alta
Unidade ambiental com predomínio de vegetação do tipo Floresta Ombrófila Densa em Estágio Médio de Regeneração	3	4	3	10	Alta
Unidade ambiental com predomínio de vegetação do tipo Floresta Ombrófila Densa em Estágio Inicial de Regeneração	2	2	1	5	Baixa
Unidade ambiental com predomínio de vegetação associada à agricultura e pastagem e de áreas urbanizadas	1	1	1	3	Muito Baixa

Fonte: Elaboração Própria

HISTÓRICO

A proposta de criação de um parque no entorno das represas do rio Ipitanga surgiu inicialmente no Plano de Desenvolvimento Urbano (PLAN-DURB) da Cidade do Salvador em 1978. Incluído na categoria de parque urbano, destinado ao convívio social, ao lazer, à prática de esportes, à recreação ativa ou contemplativa e a manifestações culturais, foi concebido também como centro de referência para educação ambiental, sendo na ocasião definido como Parque Estadual do Ipitanga.

A proposição de um parque no final da década de 1970 evidenciou a preocupação em conter o avanço da urbanização no entorno da represa de Ipitanga I e atribuir à área uma função de lazer e amenização climática, compondo o Sistema de Áreas Verdes do Município, no momento em que se iniciava a consolidação de bairros periféricos com elevada densidade populacional na região.

A primeira iniciativa oficial para a efetiva criação do parque ocorreu mais tarde, por meio do Decreto

Estadual nº 32.915/1986, que declarou como de utilidade pública uma área de 667,49 hectares para implantação do equipamento. Nesse contexto, a Conder elaborou o relatório técnico intitulado Parque Estadual de Ipitanga I – Levantamento Paisagístico e Diretrizes para o Plano Diretor. A partir de informações apresentadas no referido Decreto e em dados relacionados ao resgate histórico da situação fundiária da região do Vetor Ipitanga, foi possível elaborar um esboço da poligonal representativa deste Parque, ilustrado no mapa ao lado.

FIGURA 08 – FOTOGRAFIA AÉREA DA REPRESA DO IPITANGA II



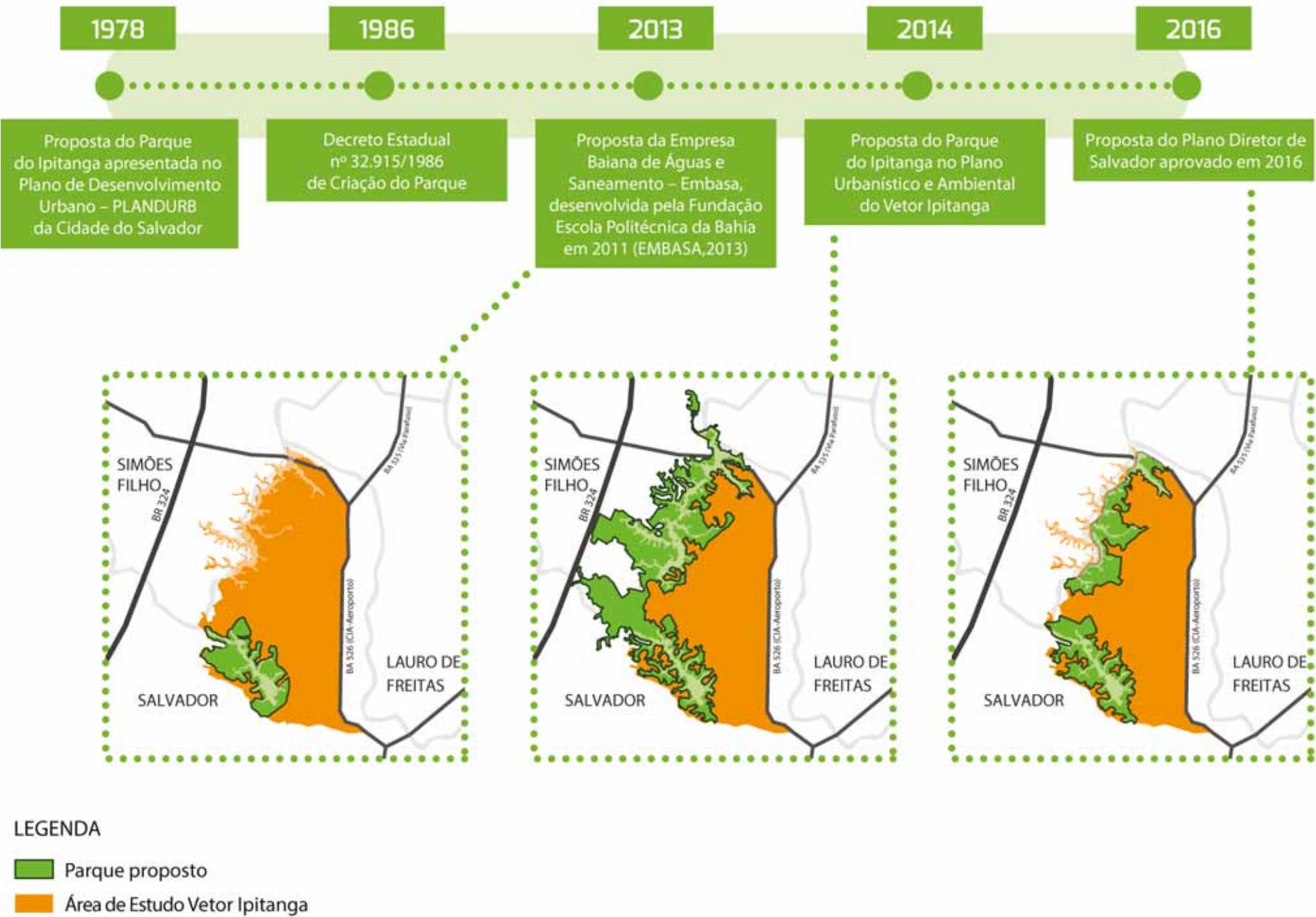
O projeto do parque ficou parado por mais de duas décadas, até que movimentos sociais ligados às comunidades situadas do entorno das represas retomaram a discussão sobre a importância do Parque e reivindicaram a sua implementação. Diante da pressão popular, em 2011, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), com o apoio técnico da Fundação Escola Politécnica da Bahia, desenvolveu estudos que embasaram a

proposta para implantação de um Parque no entorno da represa Ipitanga I, envolvendo uma área de 411,3 ha, consolidados no relatório do Projeto de Revitalização e Gestão Ambiental dos Mananciais do Sistema Joanes/Ipitanga, Fase I – Proposta do Parque Ipitanga I (EMBASA, 2013).

No contexto de elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, a proposta

foi retomada com a ampliação da poligonal do Parque, agregando áreas de preservação e de elevado valor ecológico, de forma a garantir a proteção dos mananciais do Ipitanga I, II e III. Juntamente com a APA Joanes-Ipitanga, o Parque irá compor um sistema voltado para a proteção dos recursos hídricos e dos remanescentes florestais representativos presentes na área.

FIGURA 09 – LINHA DO TEMPO: PROPOSTAS PARA O PARQUE



PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A proposta do Parque do Ipitanga resulta dos debates realizados durante a elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental do Vektor Ipitanga. As discussões realizadas em torno da construção da proposta do parque elaborada pela Embasa, englobando a represa do Ipitanga I, ensejaram o aprofundamento das discussões acerca de

uma concepção de parque envolvendo os três reservatórios e seu entorno. Foram discutidas e amadurecidas as ideias iniciais e, a partir daí, esboçados a concepção do parque, a proposição do sistema de proteção, o planejamento para consolidação territorial, os programas e o modelo de gestão.

Além das oficinas e seminários dedicados à discussão do Plano Urbanístico e Ambiental do Vektor Ipitanga de uma forma mais abrangente, a proposta do Parque foi tema de discussão em momentos específicos, tendo em vista a sua concepção de projeto estruturante no planejamento realizado.

FIGURA 10 – PROCESSO PARTICIPATIVO



Os eventos realizados durante a elaboração do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e do Parque do Ipitanga estão relacionados abaixo:

Realização de eventos de participação social:

- ♦ Oficina 1 – Aquecimento.
- ♦ Oficina 2 – Leitura do Território.
- ♦ 5 (cinco) Oficinas para discussão dos projetos de urbanização.
- ♦ 4 (Quatro) Oficinas Temáticas – Urbanismo e Mobilidade, Meio Ambiente, Socioeconomia e Questões fundiárias.
- ♦ 3 (três) Oficinas para a construção participativa do Programa de Educação Ambiental.
- ♦ 1 (uma) Oficina para apresentação e discussão da proposta do Parque Estadual do Ipitanga.
- ♦ 3 (três) Seminários.
 - Seminário 1 – Apresentação do Diagnóstico e do Master Plan do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga;
 - Seminário 2 – Apresentação e validação da Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e da Proposta do Parque Estadual do Ipitanga;
 - Seminário 3 – Apresentação e discussão da proposta do Parque Estadual do Ipitanga;
 - Seminário 4 – Apresentação e discussão do Plano Urbanístico e Ambiental e da proposta do Parque para instituições públicas do estado e dos municípios.

FIGURA 11 – FOTOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO





O PARQUE DO IPITANGA

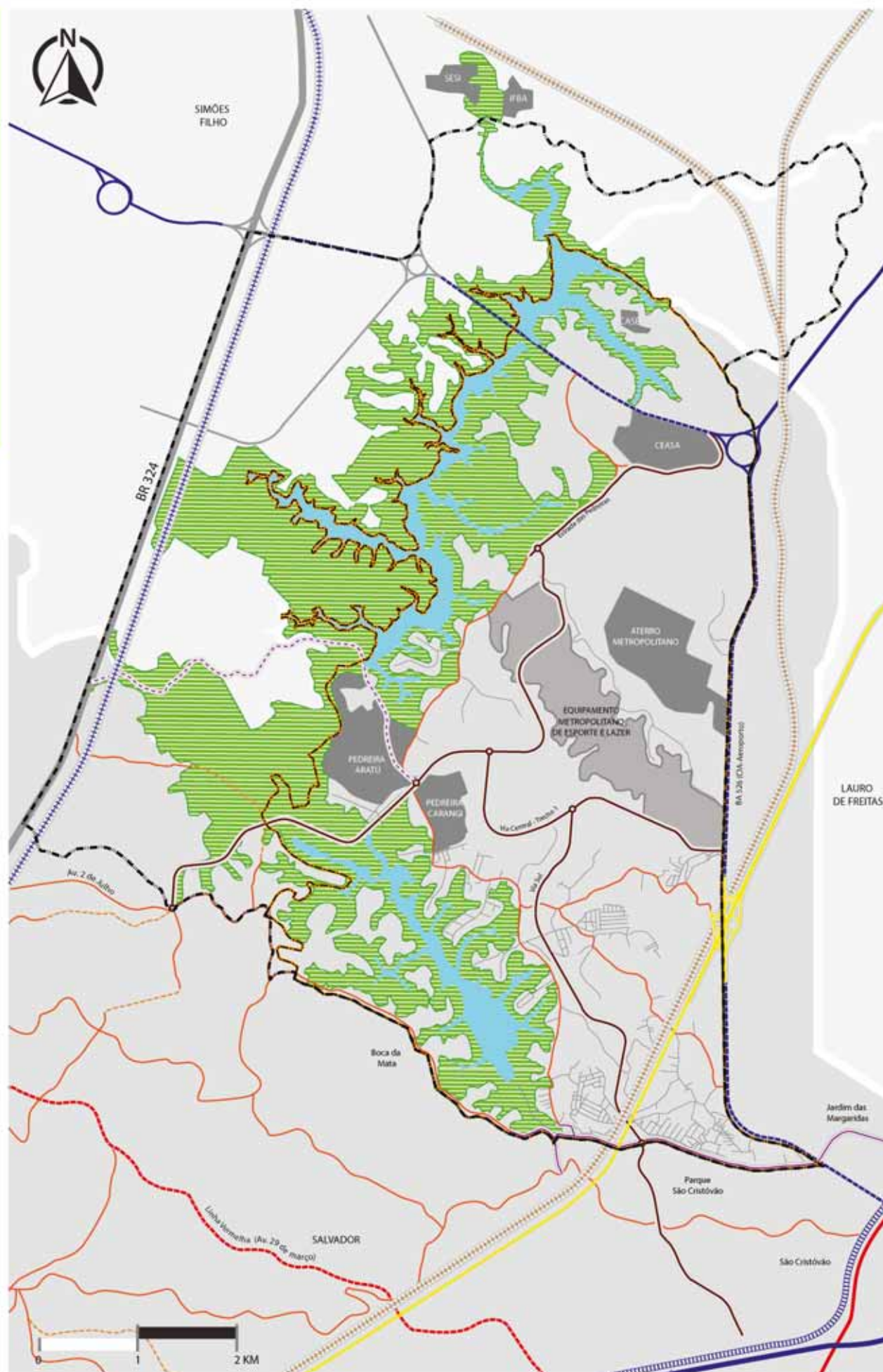
PRINCÍPIOS

O planejamento e a gestão do Parque são orientados pelos seguintes princípios:

- ♦ Garantia de proteção máxima ao Parque;
- ♦ Estabelecimento de conexões com o entorno, considerando critérios bióticos, sociais, urbanísticos e paisagísticos;
- ♦ Estabelecimento de zona de transição que minimize as pressões sobre o Parque e o integre às comunidades lindeiras, constituindo-se em portais de integração;
- ♦ Regulação de usos para garantia da sustentabilidade do Parque – submissão dos usos do entorno às demandas de proteção do Parque;
- ♦ Interinstitucionalidade e integração das ações indutoras, reguladoras e corretivas;
- ♦ Participação social.

FIGURA 12 – FOTOGRAFIA DA REPRESA DO IPITANGA II





VETOR IPITANGA

POLIGONAL

PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA

LEGENDA

- Área de Estudo do Parque
- Área de Estudo Vektor Ipitanga
- Proposta do Parque Estadual do Ipitanga (1.564 Hectares)
- Represas do Ipitanga (302 Hectares)
- Equipamentos existentes
- Equipamento proposto

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Vário Proposto Plano, 2013;
SEDUR, Rede Metroviária, 2016.

CONCEPÇÃO E COMPONENTES PROJETUAIS

Como estratégia de proteção da qualidade ambiental dos remanescentes florestais e dos reservatórios, propõe-se a implementação de uma unidade de conservação de proteção integral no entorno das represas do Ipitanga I, II e III, denominada “Parque do Ipitanga” com 1.564 hectares de área.

O Parque se estrutura a partir de quatro componentes básicos que cumprem funções específicas, dando sentido e justificando a sua concepção:

- ♦ Massas de Vegetação;
- ♦ Lâmina d’água dos reservatórios;
- ♦ Via de Monitoramento;
- ♦ Portais.

MASSAS DE VEGETAÇÃO

As massas de vegetação incluem os remanescentes da Floresta Ombrófila Densa em diferentes estágios de regeneração e áreas degradadas passíveis de recuperação quando consideradas importantes para a proteção do manancial e atenuação de pressões sobre remanescentes de valor ecológico mais vulneráveis. Envolve, portanto, as áreas com cobertura vegetal que, por sua representatividade, requerem preservação e proteção.

LÂMINA D’ÁGUA DOS RESERVATÓRIOS

Corresponde à área dos reservatórios Ipitanga I, II e III que deverão ser recuperados, a fim de garantir a sustentabilidade da área e a manutenção das suas funções atuais no sistema de abastecimento de água.

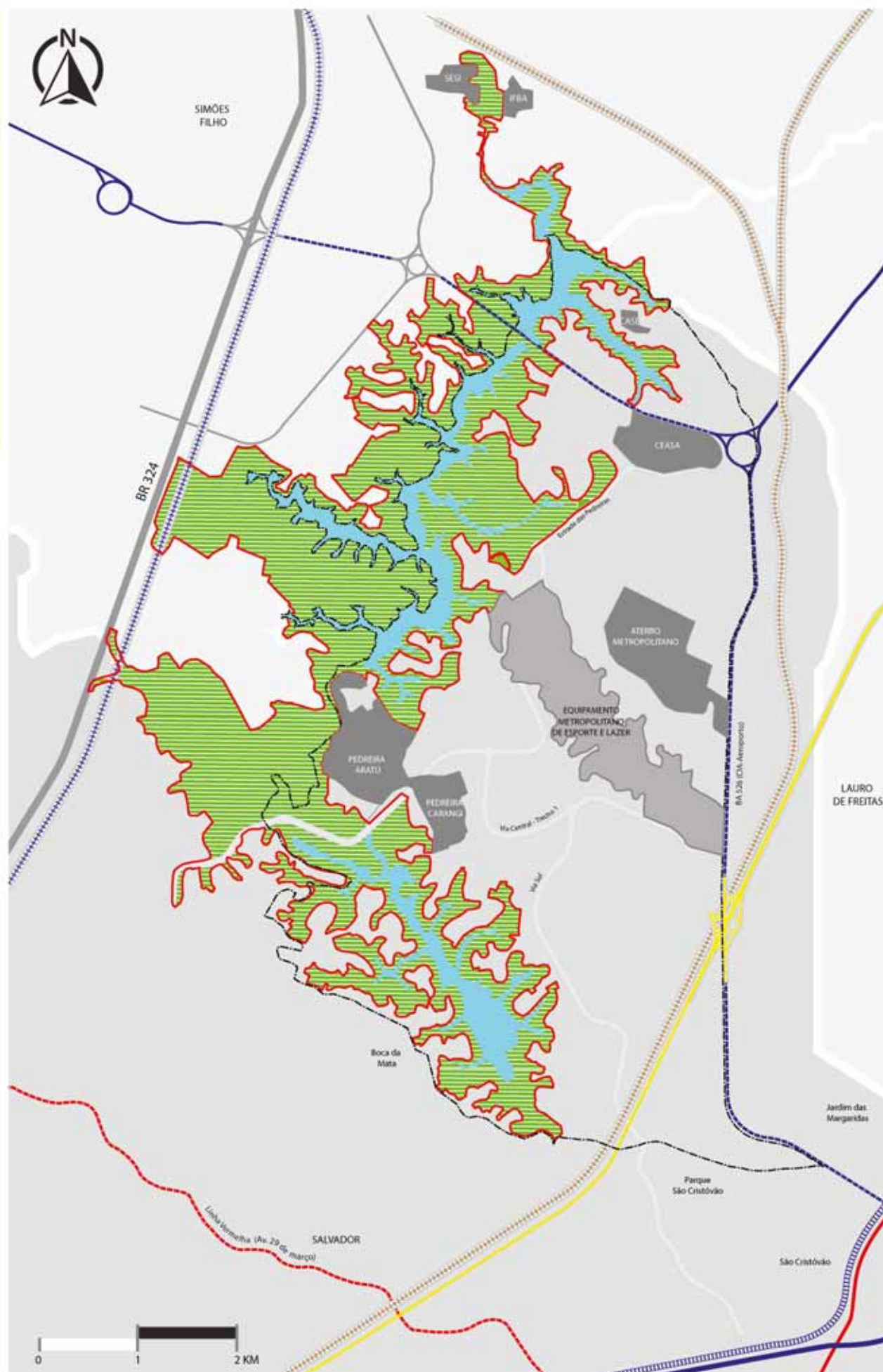
VIA DE MONITORAMENTO

A via de monitoramento coloca-se como solução para a definição dos limites do Parque e a manutenção da sua segurança. Compõe, junto com os portais, o Sistema de Proteção do Parque. Além de oferecer o suporte necessário ao monitoramento, permite uma clara leitura dos limites do Parque e serve como elemento de conexão e suporte ao lazer, já que foi concebida como circuito, agregando as funções de ciclovia, pista de cooper e circuito de monitoramento. Percorre as

bordas do Parque e constitui elemento de conexão entre os portais, onde se integra a uma estrutura de apoio com bicicletário, paraciclo, área de descanso etc. Onde não é possível contornar a borda do Parque com a via, são propostos totems artísticos que servirão como marcos, permitindo identificar claramente os limites. A experiência mostra a ineficácia de cercas implantadas nos parques do Brasil. Esses elementos não criam nem a sensação de segurança nem um espaço efetivamente seguro, mas sim um distanciamento entre o equipamento e as pessoas.

FIGURA 14 – FOTOGRAFIA DA REPRESA DO IPITANGA I





VETOR IPITANGA

VIA DE MONITORAMENTO

LEGENDA

- Área de Estudo Vetur Ipitanga
- Proposta do Parque Estadual do Ipitanga (1.564 Hectares)
- Represas do Ipitanga (302 Hectares)
- Equipamentos existentes
- Equipamento proposto
- Via de Passeio e Monitoramento do Parque - 102,8 Km

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Vário Proposto Plano, 2013;
SEDUR, Rede Metroviária, 2016.

FIGURA 16 – SITUAÇÃO 01 – ENTRE A VEGETAÇÃO



FIGURA 17 – SITUAÇÃO 02 – CONTATO COM ÁREA URBANIZADA



FIGURA 18 – SITUAÇÃO 03 – VIA ELEVADA



FIGURA 19 – SITUAÇÃO 04 – ACESSO VIA ELEVADA



PORTAIS

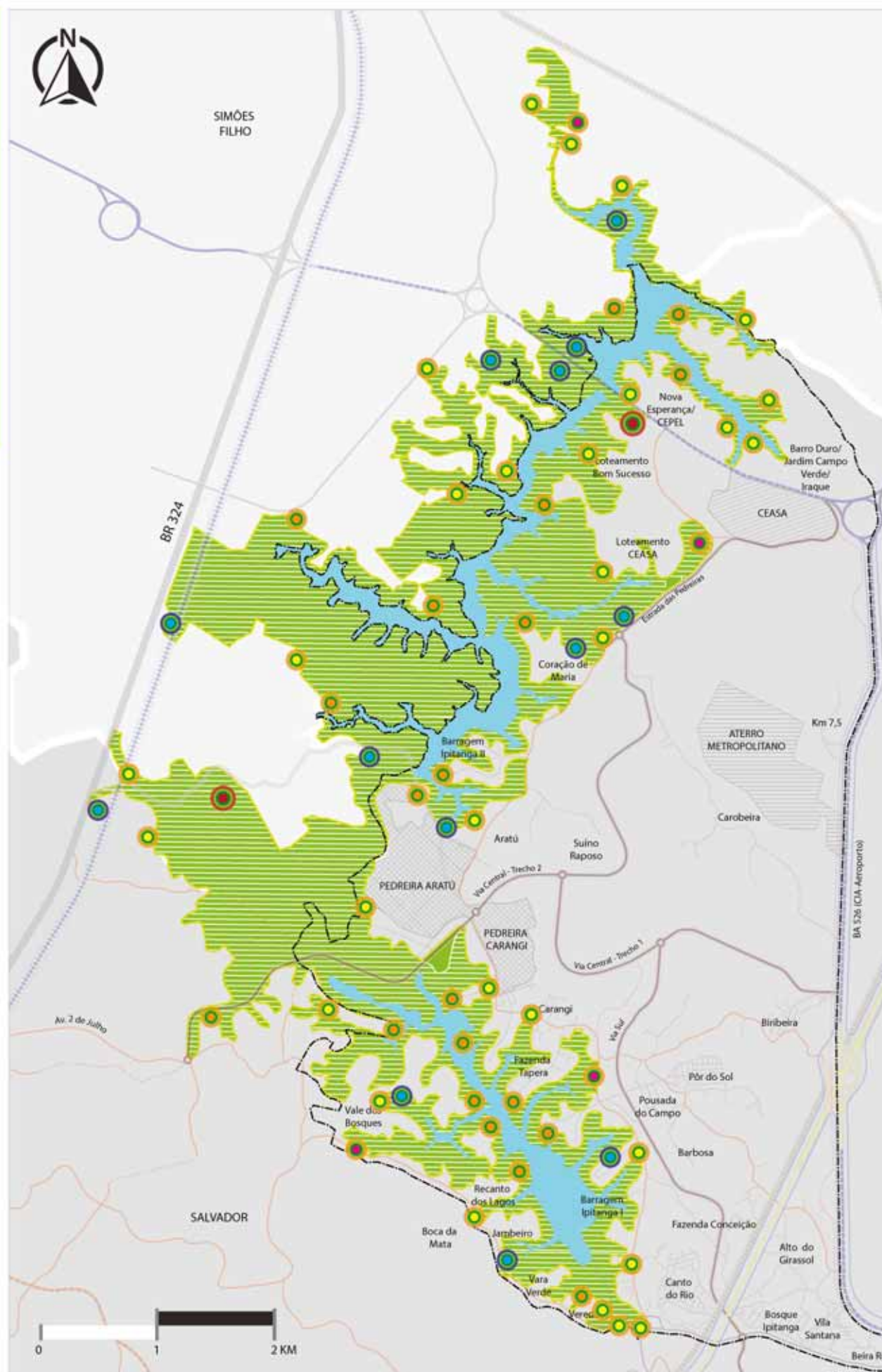
Os portais foram pensados como elementos de transição entre o Parque e as comunidades do entorno. Seriam estruturados espaços de convivência, socialização e apoio ao desenvolvimento das comunidades, de acordo com as necessida-

des destas, havendo também uma possibilidade de atendimento às demais populações em raios de abrangência maiores, na escala do bairro, cidade e da Região Metropolitana.

São cinco categorias de portais para atender às demandas de uso ao longo dos limites do

parque, variáveis de acordo com abrangência e finalidade:

- ◆ Portal Metropolitano;
- ◆ Portal de Bairro;
- ◆ Portal de Vizinhança;
- ◆ Mirantes;
- ◆ Áreas de Apoio.



VETOR IPITANGA

PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA LOCALIZAÇÃO DOS PORTAIS

LEGENDA

- Área de Estudo Vektor Ipitanga
- Proposta do Parque Estadual do Ipitanga (1.564 Hectares)
- Represas do Ipitanga (302 Hectares)

PORTAIS

- Portal Metropolitano
- Portal de Bairro
- Portal de Vizinhança
- Mirantes
- Áreas de Apoio
- Ciclovia do Parque

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Viário Proposto Plano, 2013;
Elaboração Própria, Propostas Plano, 2013;
Elaboração Própria, Zoneamento, 2013;
SEDUR, Rede Metroviária, 2016.

PORTAL METROPOLITANO

O Portal Metropolitano encontra-se em posição de destaque no conjunto do Parque. Existem dois portais nessa categoria:

PORTAL METROPOLITANO 1

Localizado em um ponto de grande visibilidade a partir da CIA-Aeroporto, entre as represas II e III, com visão privilegiada dos seus espelhos d'água.

Programa Básico:

- ♦ Centro de Recepção ao Visitante
 - Espaço de Recepção e Estar
 - Sala de Exposições
 - Auditório
 - Biblioteca / Leitura
 - Sala de Guias
 - Copa/Lanchonete
 - Sanitários Públicos
 - Paraciclo
 - Estacionamento de veículos
- ♦ Sede Administrativa
 - Sala da Administração Central do Parque
 - Sala da Administração da Célula Local
 - Sanitários
- ♦ Sede da Unidade local da Cia. de Polícia de Proteção Ambiental – COPPA
 - Recepção e Administração
 - Sala do Comando
 - Sala de Armas
 - Alojamento com Vestiário para Soldados
 - Sanitários
 - Copa/Cozinha
 - Almoarifado
 - Abrigo para Viaturas
- ♦ Pier para atracação de pequenas embarcações sem motor



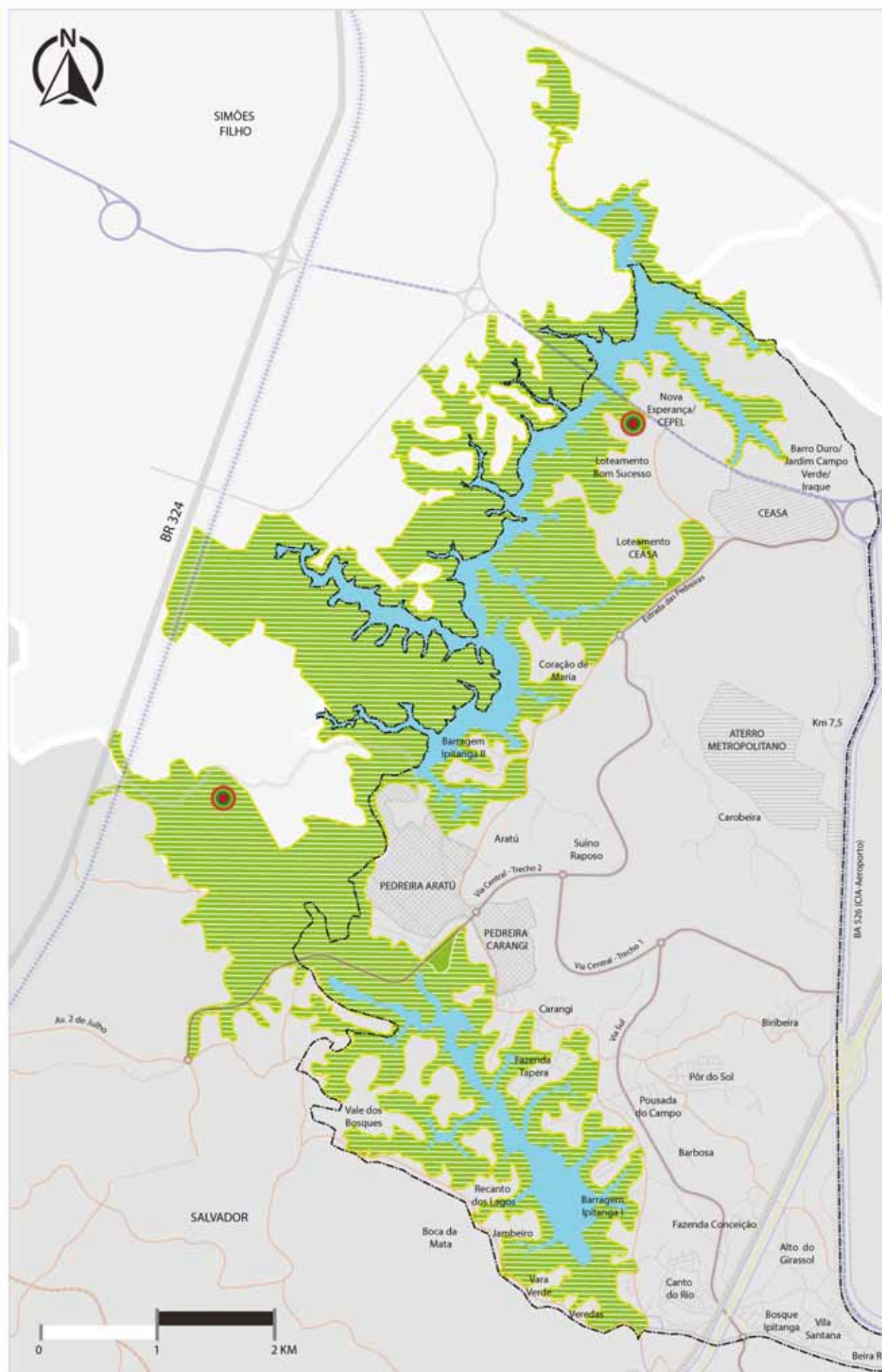
PORTAL METROPOLITANO 1

ESQUEMA DE DISTRIBUIÇÃO

LEGENDA

- Limite do Parque Estadual do Ipitanga
- Ciclovía
- Pier
- Copa
- Centro - Recepção de Visitantes
- Administração
- Estacionamento
- Uso Especial





VETOR IPITANGA

PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA

PORTAIS METROPOLITANOS

LEGENDA

-  Área de Estudo Vetur Ipitanga
-  Proposta do Parque Estadual do Ipitanga (1.564 Hectares)
-  Represas do Ipitanga (302 Hectares)
-  Portais Metropolitanos
-  Ciclovía do Parque

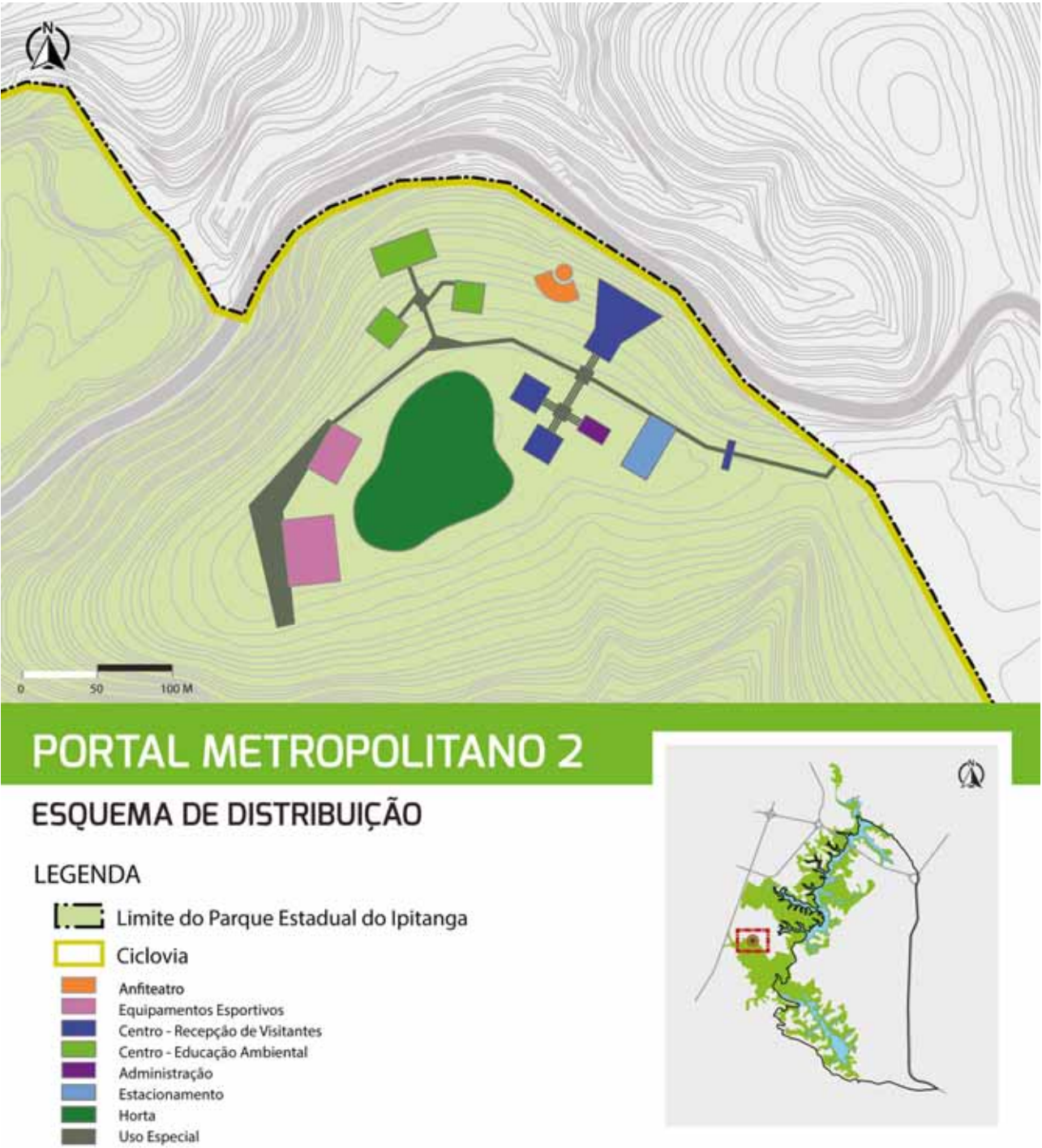
Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Viário Proposto Plano, 2013;
Elaboração Própria, Propostas Plano, 2013;
Elaboração Própria, Zoneamento, 2013;
SEDUR, Rede Metroviária, 2016.

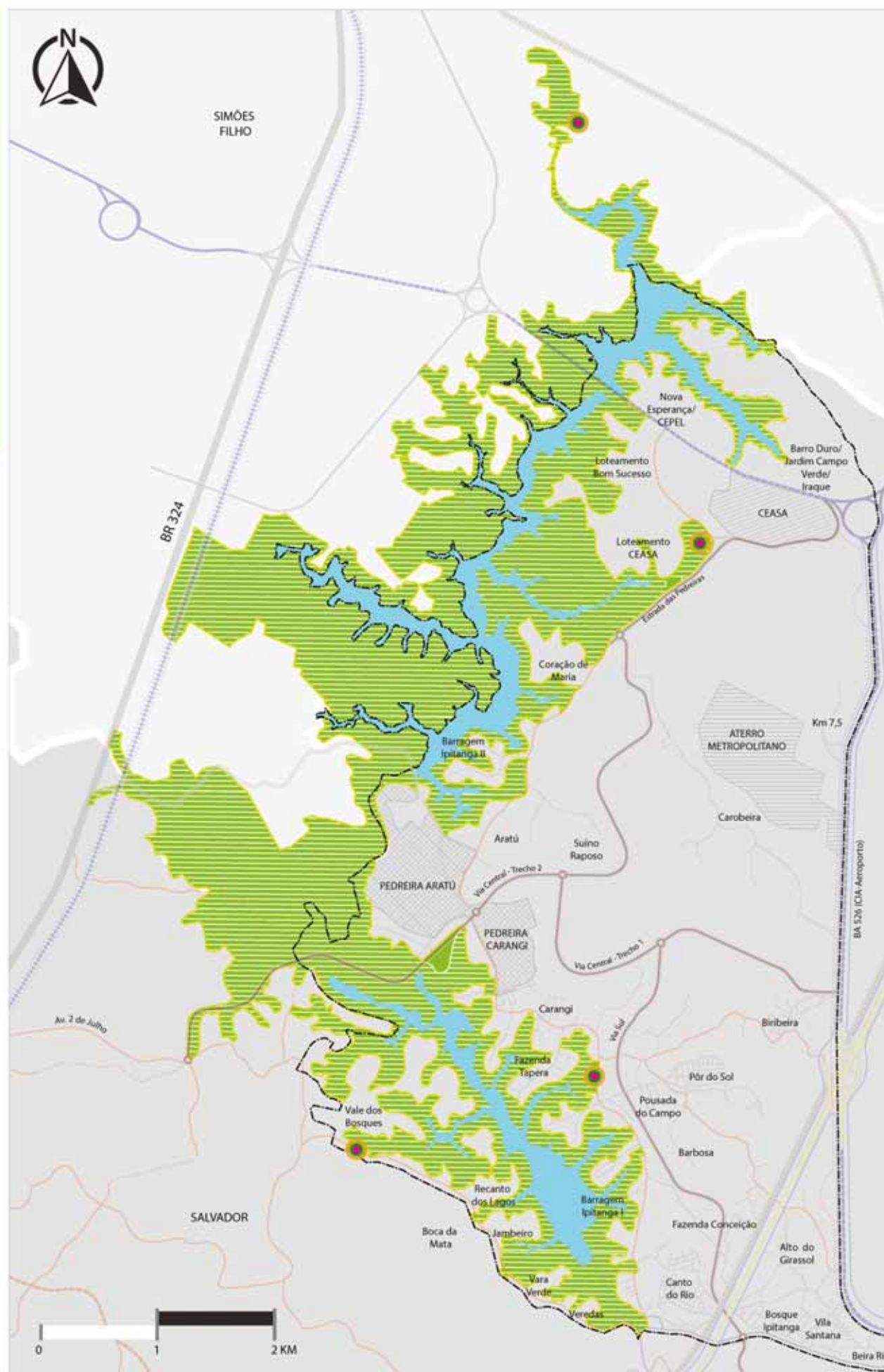
PORTAL METROPOLITANO 2

Localizado em um ponto de acesso direto pela BR-324, esse parque poderá abrigar uma grande variedade de atividades típicas de um parque urbano por se tratar de uma grande área desmatada com algumas “ilhas” de vegetação em estágio de regeneração.

Programa Básico:

- ◆ Centro de Recepção ao Visitante
 - Espaço de Recepção e Estar
 - Sala de Exposições
 - Auditório
 - Biblioteca / Leitura
 - Sala de Guias
 - Sanitários Públicos
 - Paraciclo
 - Estacionamento de Veículos
- ◆ Sede da Administrativa
 - Sala da Administração da Célula Local
 - Sanitários
- ◆ Parque de Atividades Recreativas e de Lazer
 - Parque de Diversões
 - Parque Infantil
 - Academias da Saúde (diversas faixas etárias)
 - Circo (sem animais)
 - Esportes Radicais
 - Pista de Skate
 - Ringue de Patinação
 - Anfiteatro com Concha Acústica
 - Ginásio Coberto
 - Quadras Poliesportivas
 - Campos de Futebol
 - Área de pic-nic
- ◆ Centro de Educação Ambiental (Incluindo Museu e Biblioteca)
- ◆ Orquidário
- ◆ Horta Coletiva Orgânica
- ◆ Mini-horto de espécies nativas
- ◆ Apiário para a reprodução de abelhas nativas sem ferrão
- ◆ Instalações de Apoio
 - Lanchonetes
 - Sanitários / Vestiários





VETOR IPITANGA

PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA

PORTAIS DE BAIRRO

LEGENDA

-  Área de Estudo Vektor Ipitanga
-  Proposta do Parque Estadual do Ipitanga (1.564 Hectares)
-  Represas do Ipitanga (302 Hectares)
-  Portais de Bairro
-  Ciclovía do Parque

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Viário Proposto Plano, 2013;
Elaboração Própria, Propostas Plano, 2013;
Elaboração Própria, Zoneamento, 2013;
SEDUR, Rede Metroviária, 2016.

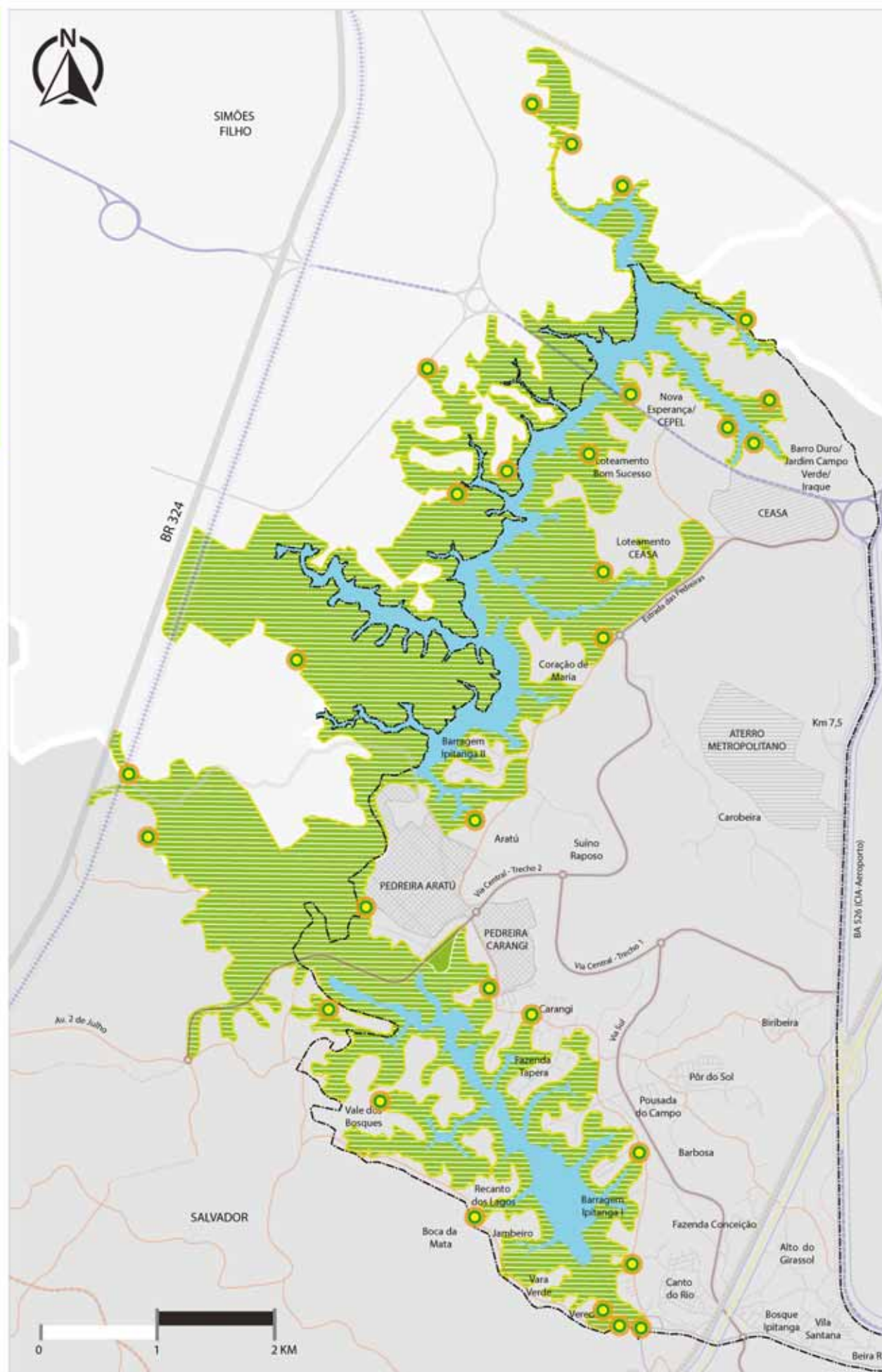
PORTAL DO BAIRRO

O Portal do Bairro atende à população do entorno na escala do bairro, podendo ter programas funcionais distintos entre si, com o Centro Cultural como referência. Nessa categoria de portal, devem ser implantados equipamentos e instalações que ofereçam serviços demandados pela população do bairro, com caráter de atendimento público, de acordo com as reais necessidades e viabilidade econômico-financeira de construção e manutenção.

Programa Básico:

- ♦ Centro Cultural
 - Auditório
 - Foyer / Exposições
 - Salas de Atividades / Oficinas
 - Biblioteca com acesso à Internet
 - Lanchonete
 - Sanitários Públicos
- ♦ Praça Pública
 - Área de Convivência e Estar com bancos sombreados por árvores e pérgolas
 - Anfiteatro
 - Parque Infantil
 - Área de Jogos para a 3ª Idade
 - Academia ao Ar Livre
 - Paraciclos





VETOR IPITANGA

PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA

PORTAIS DE VIZINHANÇA

LEGENDA

- Área de Estudo Vetur Ipitanga
- Proposta do Parque Estadual do Ipitanga (1.564 Hectares)
- Represas do Ipitanga (302 Hectares)
- Portais de Vizinhança (Esporte e Lazer)
- Ciclovía do Parque

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Viário Proposto Plano, 2013;
Elaboração Própria, Propostas Plano, 2013;
Elaboração Própria, Zoneamento, 2013;
SEDUR, Rede Metroviária, 2016.

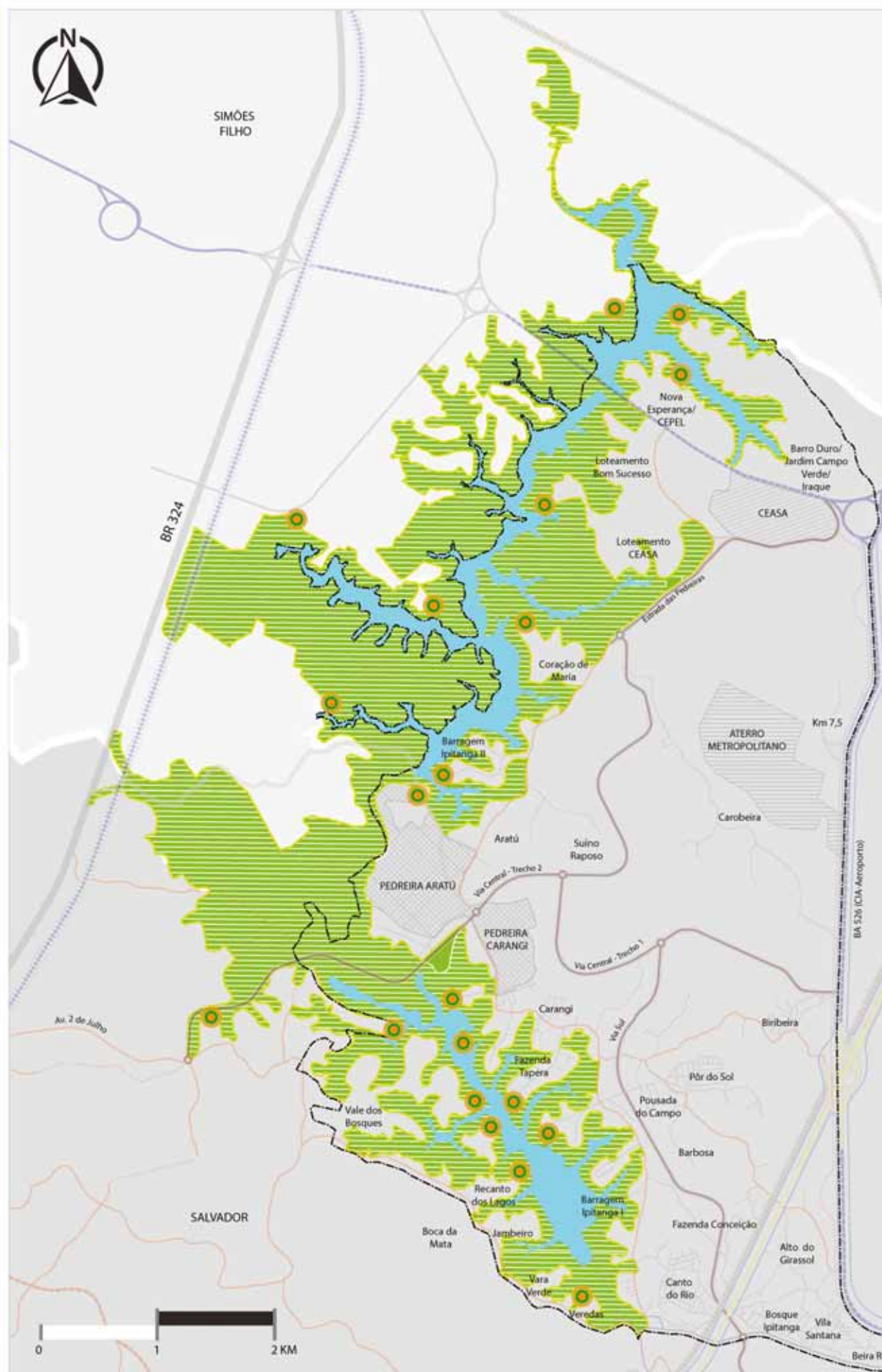
PORTAL DE VIZINHANÇA

O Portal de Vizinhança atende à população do entorno mais imediato, na escala de vizinhança, com um programa funcional típico de uma praça pública para atender à comunidade com equipamentos esportivos tradicionais, parque infantil, pista de skate, paraciclo, entre outros.

Programa Básico:

- ♦ Área de Convivência e Estar com bancos sombreados por pérgolas e árvores
 - Parque Infantil
 - Área de Jogos para a 3ª Idade
 - Academia ao Ar Livre
 - Quadra Poliesportiva com alambrado e tela de cobertura
 - Campo de Futebol
 - Pista de Skate
 - Paraciclo





VETOR IPITANGA

PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA MIRANTES

LEGENDA

- Área de Estudo Vetur Ipitanga
- Proposta do Parque Estadual do Ipitanga (1.564 Hectares)
- Represas do Ipitanga (302 Hectares)
- Mirantes
- Ciclovia do Parque

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Viário Proposto Plano, 2013;
Elaboração Própria, Propostas Plano, 2013;
Elaboração Própria, Zoneamento, 2013;
SEDUR, Rede Metroviária, 2016.

MIRANTES

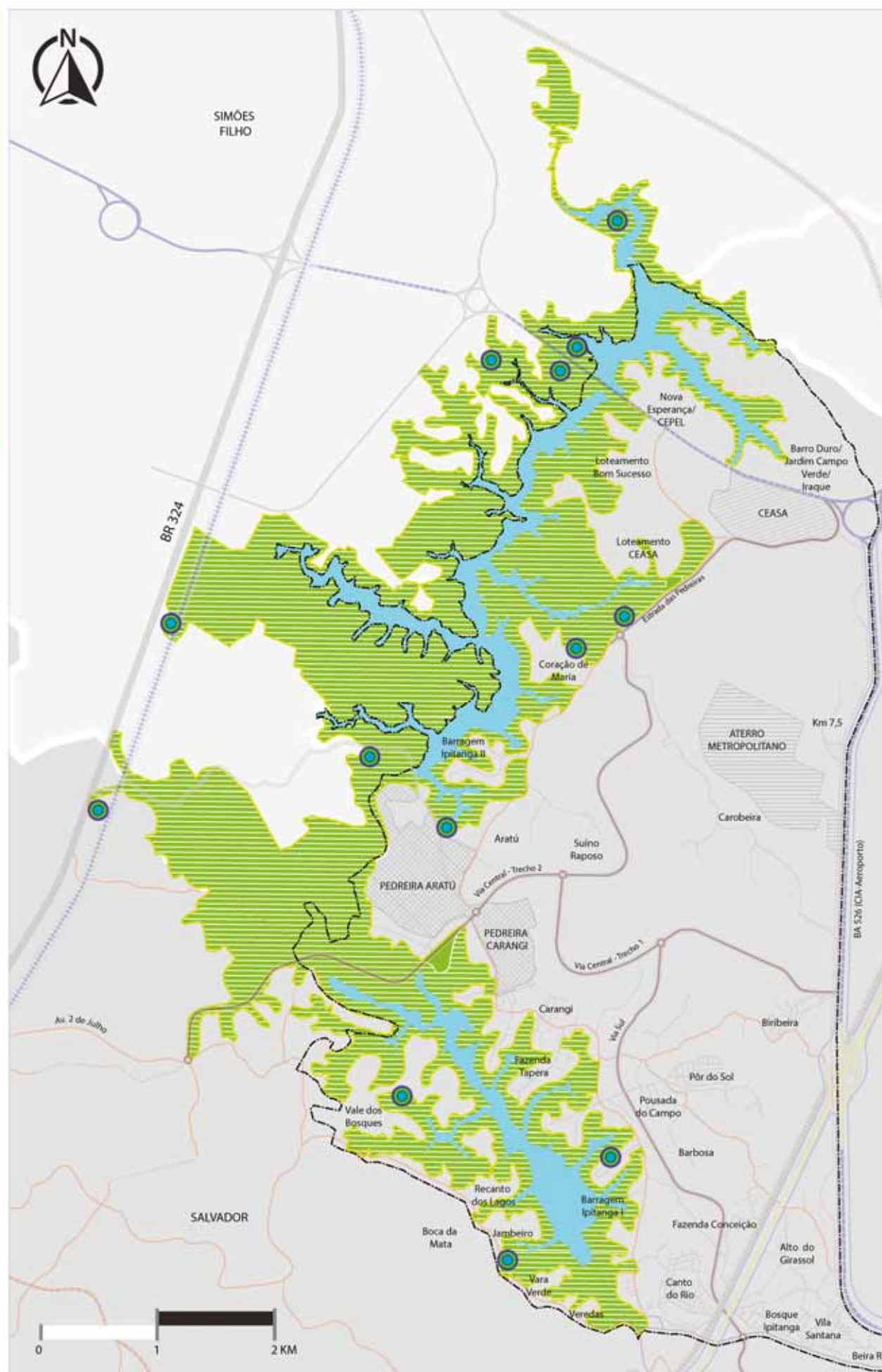
Os Mirantes se caracterizam como locais de parada, descanso e contemplação ao longo da Via de Monitoramento, aproveitando o potencial paisagístico do Parque e servindo como espaços de convivência e/ou monitoramento.

Programa Básico:

- ♦ Bancos de Descanso sombreados por pérgola e árvores

FIGURA 29 – SIMULAÇÃO DE MIRANTE





VETOR IPITANGA

PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA

ÁREAS DE APOIO

LEGENDA

- Área de Estudo Vetur Ipitanga
- Proposta do Parque Estadual do Ipitanga (1.564 Hectares)
- Represas do Ipitanga (302 Hectares)
- Áreas de Apoio
- Ciclovia do Parque

Fonte: SEI, Limites Municipais, 2010;
Elaboração Própria, Viário Proposto Plano, 2013;
Elaboração Própria, Propostas Plano, 2013;
Elaboração Própria, Zoneamento, 2013;
SEDUR, Rede Metroviária, 2016.

ÁREAS DE APOIO

As Áreas de Apoio são espaços destinados à implantação de equipamentos públicos e/ou comunitários complementares, nas bordas do Parque. Tais equipamentos são essenciais para o desenvolvimento das comunidades, carecendo de espaços apropriados para sua implantação. Assim, busca-se incluí-los na área desapropriada para implantação do Parque. Nessas áreas poderão ser implantados:

- ♦ Escolas e Universidades
- ♦ Centros de Saúde e Hospitais
- ♦ Centros de Pesquisa Científica
- ♦ Estudos Relacionados ao Meio Ambiente
- ♦ Ofidário
- ♦ Cooperativas de Produção
- ♦ Artesanato Local
- ♦ Indústrias Sustentáveis, Não Poluentes
- ♦ Pomares e Hortas Orgânicas
- ♦ Centros Sociais e Creches
- ♦ Casas de Repouso e Assistência Psicossocial



DIRETRIZES DE GESTÃO

DIRETRIZES GERAIS

Como desdobramento da concepção do Parque, são definidas abordagens propositivas diferenciadas que contemplam os objetivos associados ao Plano Urbanístico e Ambiental e ao Parque do Ipitanga na sua condição de Unidade de Conservação de Proteção Integral:

- ♦ Nível máximo de proteção;
- ♦ Nível de controle de densidade;
- ♦ Conexões.

NÍVEL MÁXIMO DE PROTEÇÃO – PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA

Corresponde à área com restrições severas ao uso e ocupação do solo, sendo permitidas apenas atividades associadas à pesquisa e educação ambiental.

São diretrizes de gestão para essa área:

- ♦ Consolidação territorial do Parque, com encaminhamento das desapropriações necessárias das áreas privadas e regularização das áreas públicas. Em caráter prioritário e urgente, deve ser encaminhado o processo de regularização das áreas integrantes do patrimônio da Embasa desapropriadas por ocasião da execução da barragem e as áreas previstas para implantação dos portais e da ciclovia;
- ♦ Constituição e posse do Conselho Gestor da UC;
- ♦ Elaboração do Plano de Manejo com definição de Zona de Amortecimento e Zoneamento;
- ♦ Elaboração de Acordos de Cooperação Técnica com universidades e outras instituições de pesquisa, a fim de assegurar a troca de conhecimentos relacionados às pesquisas científicas realizadas sobre o Parque;
- ♦ Implantação de sistema de registro regular de usuários do Parque;
- ♦ Realização de pesquisa com periodicidade regular que apure o perfil dos usuários do Parque, considerando a sazonalidade. Essa pesquisa deve ser instrumento orientador na regulação do uso do Parque e no atendimento aos visitantes e, portanto, deve contemplar aspectos como perfil socioeconômico, motivo da visita, expectativas em relação ao Parque, satisfação do usuário, entre outros;
- ♦ Manutenção de centros de visitantes, instalados em alguns dos portais, com o fim de recepcionar, orientar e motivar o público, especialmente estudantes em visita ao Parque;
- ♦ Definição de regramento para a realização de pesquisa científica, prevendo-se instrumento de compromisso que inclua a disponibilização dos resultados da pesquisa em trabalho completo, impresso e em meio magnético, para o museu-biblioteca a ser instalado em um dos portais;
- ♦ Normatização de procedimentos para exploração comercial de produtos e serviços do Parque;
- ♦ Desenvolvimento de Plano de Comunicação do Parque que inclua a concepção de marca que apresente elemento de identidade visual do Parque.

NÍVEL DE CONTROLE DE DENSIDADE / PROTEÇÃO DE ELEMENTOS DE PAISAGEM / USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – ZONA DE AMORTECIMENTO

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a zona de amortecimento é definida como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.” Devem ser definidos os limites da zona de amortecimento, considerando as seguintes diretrizes:

CONEXÕES

Corresponde aos elementos biofísicos e urbanísticos que estabelecem a articulação do Parque com a cidade ou com áreas de valor ambiental no entorno.

- ♦ Bacia de contribuição/ drenagem;
- ♦ Linhas de cumeada;
- ♦ Inclusão de ocupações cuja falta de infraestrutura possa comprometer a qualidade de água dos reservatórios;
- ♦ Inclusão de remanescentes florestais significativos;
- ♦ Estabelecimento de pontos de contato com vias já existentes, a fim de dar maior visibilidade e favorecer o acesso quando possível;
- ♦ Definição de normas específicas, pelo órgão responsável pela gestão da UC, regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento;
- ♦ Promoção das condições para a gestão integrada e participativa com a APA Joanes/ Ipitanga à qual o Parque será sobreposto, formando um mosaico, considerando os objetivos específicos de cada UC associados aos atributos de cada uma delas;
- ♦ Compatibilização dos parâmetros de uso e ocupação do solo, considerando que, ao se constituir uma zona de amortecimento, a área passa à categoria de zona rural.

As principais conexões previstas são as que seguem:

- ♦ **Acessos:** previsão de acessos em pontos de grande visibilidade;
- ♦ **Portais:** espaços públicos localizados estrategicamente nos pontos de contato com as comunidades do entorno, qualificados como praças de convivência dotadas de equipamentos de lazer, cultura e educação, além de estruturas de apoio e monitoramento do Parque;
- ♦ **Ciclovias de Monitoramento:** ciclovias e pista de cooper em toda a borda do Parque, a fim de proporcionar a circulação de pessoas ou meios não motorizados de transporte e criar melhores condições de monitoramento e segurança do Parque;
- ♦ **Vias de Pedestre:** implantação de escadas, passarelas e caminhos, em pontos estratégicos, a fim de facilitar o acesso seguro das comunidades ao Parque;
- ♦ **Passagens de Fauna:** criação de estruturas aéreas e/ou subterrâneas para passagem de fauna e sinalização educativa sobre o trânsito de animais silvestres. Essas estruturas deverão seguir as normas específicas para redes de travessia aérea de primatas e estar adequadamente localizadas.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS E AÇÕES PROPOSTAS

ESTABELECIMENTO DE CONEXÕES COM A CIDADE

- ◆ Para a articulação do Parque com o entorno
 - Integração da ciclovia do Parque com as ciclovias do sistema viário estruturante da área e com a Ciclovia do Trabalhador;
 - Implantação dos portais do Parque.
- ◆ Para a articulação do Parque com a Vila Olímpica
 - Criação de elementos conectores que valorizem a dimensão de uso público dos espaços associados à Vila Olímpica.
- ◆ Para a proteção das fronteiras do Parque
 - Implantação de sistema de proteção das bordas do Parque que impeça a subtração de áreas pela ocupação urbana, desmatamento ou descaracterização da vegetação. Para facilitar as operações de monitoramento e vigilância das bordas, a referência física principal deve ser a via de monitoramento conectando os portais.
- ◆ Para conexão com os fragmentos de vegetação do entorno
 - Estabelecer estudos para identificação e viabilidade de áreas para conexões e elementos possíveis de ligação com o entorno no Parque;
 - Definir corredores para conectar fragmentos de vegetação de diferentes tamanhos; sustentar os processos dos ecossistemas fundamentais para a manutenção da biodiversidade a longo prazo; proporcionar refúgio para as espécies e permitir a mobilidade e o intercâmbio genético dos componentes da flora e da fauna;
 - Assegurar a continuidade de possíveis corredores através de recuperação de áreas desmatadas em locais estratégicos.
- ◆ Para uma maior interação socioeconômica com as cidades de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas
 - Desenvolvimento de um amplo programa de Agricultura Urbana com incentivo à implantação de sistemas agroecológicos e produção de orgânicos.

SUSTENTABILIDADE NO USO DO PARQUE

- ◆ Para o conhecimento do público usuário
 - Realização de pesquisa a cada dois anos que apure o perfil dos usuários do Parque, considerando a sazonalidade, de forma a propor ações direcionadas a esse público.
- ◆ Para visitação pública
 - Manutenção de centros de visitantes, instalados em locais de maior afluência de pessoas, com o fim de recepcionar, orientar e motivar o público.
- ◆ Para o fortalecimento dos vínculos com as comunidades do entorno
 - Promoção de atividades de educação ambiental voltadas para crianças, adolescentes e jovens das comunidades do entorno;
 - Destinação de espaço para eventos da comunidade com estrutura adequada e regras de utilização compatíveis com a capacidade de suporte do Parque.
- ◆ Para o estabelecimento de ações de cooperação com instituições e empresas vizinhas
 - Estímulo à participação de empresas vizinhas na manutenção do Parque como prática de responsabilidade.
- ◆ Para realização de pesquisa científica
 - Estabelecimento de procedimentos para a realização de pesquisa, prevendo-se instrumento de compromisso de cessão do trabalho completo após a conclusão, impresso e em meio magnético, que possam compor o acervo do Museu-biblioteca proposto;
 - Implantação de Museu-biblioteca em um dos portais.
- ◆ Para exploração comercial de produtos e serviços no Parque
 - Criação de unidades produtivas para confecção de produtos associados à marca do Parque (souvenirs, produtos alimentícios resultado das atividades das quituteiras, produtos derivados da apicultura e da agricultura urbana do entorno etc.);
 - Elaboração e implementação das ações necessárias para a regularização da comercialização de produtos e serviços na área do Parque, considerando as recomendações do presente trabalho e do Plano de Manejo, quando da sua elaboração.
- ◆ Para disciplinamento de estabelecimentos de comércio e serviços do Parque
 - Implementação de normas para funcionamento de estabelecimentos de comércio e serviços dentro da estrutura do Parque e para o gerenciamento desses contratos.

DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS

- ◆ Para a Emissão do Decreto de Utilidade Pública
 - Elaboração do descritivo da área a ser desapropriada, redação do Decreto e publicação.
- ◆ Para o cadastramento socioeconômico das famílias residentes na área do Parque
 - Cadastro socioeconômico das famílias residentes nos imóveis inseridos na poligonal do Parque. No cadastro, as famílias deverão se posicionar sobre as opções de desapropriação/ indenização ou reassentamento, mesmo com a possibilidade de mudar a opção em momento posterior. Importante é assegurar que o reassentamento seja em área inserida na poligonal do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e em condições iguais ou melhores das identificadas no momento do cadastramento.
- ◆ Para o cadastramento dos proprietários
 - Realização do cadastro de todas as propriedades públicas e privadas buscando identificar todos os ocupantes e sua relação com o imóvel. Esse cadastro será importante para a definição do cenário jurídico-fundiário no qual o projeto do Parque se desenvolverá.
- ◆ Para a elaboração do Plano de Reassentamento e Desapropriações
 - De posse das informações dos cadastros das famílias ocupantes e das propriedades, será elaborado o Plano de Desapropriação e Reassentamento, que deve prever o reassentamento em área próxima, inserida na poligonal do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, prevendo-se imóveis com características semelhantes à situação de origem, assegurados os parâmetros da legislação vigente.
 - Complementação da pesquisa de dominialidade por meio de levantamento em cartórios de registro de imóveis. Feito isso, serão requeridas a certidão de cadeia sucessória, a certidão de inteiro teor e matrículas, a fim de compor a cadeia de dominialidade da propriedade até um ponto que seja possível afirmar a condição de propriedade e verificar a existência de ônus sobre o imóvel. Deve ser elaborado parecer que ateste a situação fundiária do imóvel pelo profissional responsável pelos levantamentos cartorários.
- ◆ Para o caso em que os posseiros ou proprietários optarem pela desapropriação, deve-se individualizar os casos, atentando para as seguintes situações:
 - Terras particulares ocupadas por posseiros sem conflito com titular do domínio
 - Terras ocupadas por posseiros em situação de conflito com titular do domínio
 - Terras ocupadas por arrendatários ou parceiros
 - Terras ocupadas por herdeiros
 - Terras tituladas pelo Estado sem registro no Cartório de Registro de Imóveis
- ◆ Para a avaliação das propriedades e benfeitorias
 - Será feita avaliação dos imóveis, individualizando os valores da terra nua e das benfeitorias considerando a situação fundiária caso a caso.
- ◆ Para implementação dos procedimentos de desapropriação
 - Antes de dar início ao processo de desapropriação deve ser feita a pesquisa cartorária, a fim de elaborar a cadeia dominial do imóvel, que deverá estar apoiada na matriz fundiária constante do Master Plan e documentos complementares.
- ◆ Para a consolidação territorial do Parque
 - O processo de consolidação territorial do Parque envolve, preliminarmente e após a realização dos procedimentos de regularização fundiária, a demarcação das terras com a colocação de marcos de concreto e a sinalização dos limites, além de trabalho de comunicação social e educação ambiental que comprometa as comunidades do entorno com a preservação e uso do local. É importante, nesse processo, o conhecimento, por parte da população, sobre os limites do Parque.
 - A consolidação territorial somente se completa com a implementação das ações físicas e jurídico-institucionais previstas no Master Plan.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O PARQUE

- ◆ Para captação de recursos mediante exploração comercial:
 - Deve ser desenvolvido um Plano de Captação de Recursos que contenha o delineamento dos principais projetos que possam ser desenvolvidos para captação de recursos. Esse Plano, além de esboçar a concepção e atividades de cada projeto, deve estimar os recursos necessários e possíveis fontes de recursos, para, identificada a oportunidade de encaminhamento de projeto para captação de recursos, fazer as devidas adaptações e complementações e orçar o projeto específico.
 - Independentemente da elaboração de projetos específicos, devem ser encaminhadas ações para desenvolvimento de produtos e serviços que possam estar associados ao Parque, ajudando na divulgação e servindo de fonte para agregar recursos para a manutenção do equipamento.
 - É importante que o desenvolvimento de produtos e serviços associados ao Parque tenha por base a economia solidária/ economia dos setores populares, envolvendo a população local em projetos associativos específicos, de acordo com o perfil, interesses e habilidades dos agentes locais, promovendo o treinamento necessário. São importantes as seguintes ações:
 - Normatização de procedimentos para exploração comercial de produtos e serviços do Parque;
 - Desenvolvimento de Plano de Comunicação que inclua a concepção da identidade visual do Parque;
 - Desenvolvimento e registro de marca;
 - Design de produtos, definição e registro;
 - Estratégia de marketing de produtos e serviços;
 - Divulgação em eventos e publicações.
- ◆ Para exploração das imagens do Parque:
 - Produção, no âmbito estadual, de norma regulamentadora que viabilize a cobrança de taxas pela exploração comercial da imagem do Parque, de modo a aumentar a arrecadação dessa unidade de conservação.
- ◆ Para recebimento de doações:
 - Produção, no âmbito estadual, de norma regulamentadora que viabilize a arrecadação por doação ao Parque.
- ◆ Para recebimento de recursos decorrentes de compensação ambiental:
 - Valer-se, no âmbito estadual, da Lei n.º 10.431, de 2006, que instituiu a Câmara de Compensação Ambiental, e que, segundo o seu art. 60, tem a “finalidade de analisar e propor a aplicação e destinação dos recursos provenientes da Compensação Ambiental de empreendimentos e atividades de significativo impacto ambiental, identificando as Unidades de Conservação a serem contempladas”.

GESTÃO DOS RECURSOS CAPTADOS POR MEIO DE FUNDO FIDUCIÁRIO

- ◆ Para captação de recursos mediante exploração comercial:
 - Desenvolvimento de estudo sobre a viabilidade de criação de um Fundo Fiduciário para o Parque, e, a partir do resultado, avaliar a pertinência de criar fundo específico para as UCs da RMS.

An aerial photograph of a tropical landscape featuring a wide river that meanders through a dense, lush green forest. The river's surface is calm, reflecting the surrounding greenery. In the distance, a small cluster of buildings is visible on the horizon. The entire image is covered with a semi-transparent green filter. At the bottom, the text "PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS" is written in a bold, white, sans-serif font.

PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS				
	OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO	RESPONSÁVEL
PLANO DE CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL	- Definir e demarcar os limites territoriais do Parque Estadual do Ipitanga; - Proceder à regularização fundiária da área do Parque.	Consiste no planejamento das ações de regularização fundiária tendo como objetivos planejar e executar o quanto necessário à efetiva consolidação da posse e domínio do Estado sobre as terras que integram o Parque do Ipitanga. O Plano deve conter: - Consolidação de limites; - Aquisição de terras e benfeitorias; - Gestão e solução de conflitos; - Incorporação e regularização de terras; - Localização e especificação de marcos; - Projeto de sinalização.	01 (um) ano após a criação do Parque.	Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).
PLANO DE MANEJO	- Realizar um amplo diagnóstico sobre os aspectos físico, biótico, socioeconômico e cultural, identificando e caracterizando os usos e as práticas associadas à área; - Definir a zona de amortecimento da UC; - Estabelecer o zoneamento e as normas que devem orientar o uso da área e o manejo dos recursos naturais nela inseridos, além de projetos voltados à recuperação e garantia da qualidade ambiental da UC.	Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Ipitanga envolvendo os estudos dos aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, urbanísticos e culturais que serão desenvolvidos conforme escopo específico em cada campo do conhecimento que considere: os valores e a problemática do lugar, ou seja, as questões que, por serem particularidades do contexto estudado, devem receber ênfase e aprofundamento; o zoneamento, as diretrizes para manejo e programas e voltados à recuperação ambiental e garantia da proteção dos recursos e valores da UC. Os estudos devem abordar a realidade em uma perspectiva histórica, mas enfatizando a problemática atual. Destaque especial deve ser dado aos usos que as comunidades fazem do Parque e aos impactos que decorrem desses usos, sejam esses positivos ou negativos. Com os estudos elaborados, devem ser definidos os objetivos de manejo, além das diretrizes e ações associadas a cada um dos objetivos. Além das diretrizes e ações, o Plano de Manejo deve conter o Zoneamento que constitui o conjunto de diretrizes espaciais e os parâmetros para uso de terra e manejo dos recursos naturais da UC. A área de abrangência do Plano de Manejo inclui a área da UC, da sua zona de amortecimento e corredores ecológicos que a conectem a outros espaços ambientalmente representativos. O Plano de Manejo deve caracterizar e incorporar a diversidade socioambiental e cultural das populações na sua relação com o lugar, considerando suas formas de organização. Deve ser elaborado de forma participativa. O ponto de partida deve ser os estudos realizados para o presente Master Plan que, no contexto da elaboração do Plano de Manejo, deve ser complementado e atualizado. Deve considerar uma poligonal de referência que possibilite uma leitura ampliada e permita a definição da zona de amortecimento do Parque. O Plano deverá abranger a área da unidade de conservação e sua zona de amortecimento.	05 (cinco) anos, a partir da data de publicação do Decreto de criação do Parque Estadual do Ipitanga enquanto categoria do SNUC.	Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

	OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO	RESPONSÁVEL
PROJETO DE DESAPROPRIAÇÃO	Promover a desapropriação das áreas particulares situadas no interior da poligonal definida para o Parque do Ipitanga.	Envolve as ações necessárias para a aquisição do domínio direto/ útil das propriedades integrantes do mosaico fundiário, considerando as situações específicas de dominialidade identificadas no estudo fundiário.	01 (um) ano após a criação do Parque.	Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).
PROJETO DE REASSENTAMENTO	Reassentar as famílias residentes no interior da poligonal do Parque do Ipitanga.	Deve ser feito o planejamento das ações necessárias para viabilizar condições adequadas de moradia para as famílias de baixa renda hoje instaladas no Parque, em áreas próximas. O Plano deve ser elaborado de forma participativa e conter as salvaguardas sociais e culturais necessárias. O Projeto de Reassentamento deve conter: - Cadastro socioeconômico detalhado; - Áreas para reassentamento no entorno do Parque; - Potencial de aproveitamento; - Avaliação dos terrenos e benfeitorias associados aos imóveis de origem; - Procedimentos de reassentamento; - Salvaguardas sociais, econômicas e culturais; - Projetos urbanísticos e complementares de infraestrutura e paisagismo; - Projetos arquitetônicos das unidades habitacionais, equipamentos sociais, prevendo-se equipamento de uso comunitário; - Projeto Técnico Social, com ações específicas para pessoas idosas; - Projeto de Regularização Fundiária; - Implantação do Projeto de Reassentamento; - Acompanhamento pós-ocupação durante 6 (seis) anos. As famílias deverão prioritariamente ser assentadas em áreas disponíveis dentro das localidades abrangidas pelos projetos urbanísticos executivos desenvolvidos para as comunidades do entorno. Cabe observar que o número de famílias pode não corresponder ao número de edificações, em razão da necessidade de contabilizar casos de coabitação. Nesses casos, deve ser prevista uma unidade habitacional para cada família. Os proprietários de edificações de médio e alto padrão não estarão incluídos no Projeto de Reassentamento, devendo estar contemplados no Projeto de Desapropriação.	02 (dois) anos após a criação do Parque.	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDUR).

	OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO	RESPONSÁVEL
PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA	Promover a agricultura urbana nas áreas localizadas no entorno do Parque do Ipitanga.	Elaboração e implementação de um amplo programa de agricultura urbana baseada em processos de produção agroecológicos e com produção orgânica, prevendo-se a utilização dos recursos disponíveis. O programa deve ser concebido considerando o conceito de agricultura urbana como prática multidimensional (medida de segurança alimentar, de geração de renda, amenização climática, proteção do meio ambiente e qualificação paisagística). Trata-se de uma forma específica de manejo da terra por meio de sistemas agroecológicos para produção de alimentos (agricultura e pecuária de pequeno porte), produção de plantas medicinais, plantas ornamentais, aproveitando recursos locais (recursos humanos, insumos, água etc.) com práticas de comércio justo e, quando possível, na linha da economia solidária. A área do Vetor Ipitanga, particularmente, reúne características muitos apropriadas à prática da agricultura urbana, entre as quais podem-se relacionar: - Tradição agrícola; - Centralidade na RMS; - Disponibilidade de água; - Forte organização comunitária; - Possibilidade de formação de uma rede de parcerias envolvendo empresas e instituições locais (Aterro Metropolitano Centro, Fábrica de Polpas de Frutas, Frigorífico, Pedreiras, Ceasa, Shopping Salvador Norte etc. - Disponibilidade de terras. Mesmo reunindo atributos que favorecem a agricultura urbana, alguns desafios devem ser superados, alguns que dizem respeito à maioria das experiências de agricultura urbana e outros que se referem especificamente a limitações do contexto do Vetor Ipitanga. Entre os desafios gerais a serem enfrentados destacam-se: - Consolidação do conceito de agricultura urbana entre os próprios agricultores; - Pouca compreensão, por parte do setor público, sobre as possibilidades e potencialidades da AUP; - Falta de articulação entre as políticas públicas; - Ausência de lei específica que regule a agricultura urbana na Bahia; - Descontinuidade das ações governamentais; - Recursos e fontes de financiamento insuficientes. - Inexistência de aderência das práticas atuais da agricultura urbana com a política de desenvolvimento urbano; - Insuficiência da infraestrutura e logística de apoio à comercialização; - Pouca divulgação, propaganda e marketing relacionados às práticas atuais de agricultura urbana; - Qualidade da água e custo da água tratada; - Preço da terra urbana; - Ausência de previsão de espaços para a agricultura urbana nos planos diretores dos municípios; - Reduzidas experiências de integração da agricultura urbana nos projetos paisagísticos. Considerando as características da área e os potenciais identificados devem estar contemplados no programa as seguintes práticas: - Produção de hortaliças; - Fruticultura; - Pecuária bovina de pequeno porte que possa estar associada a cultivos diversos, na perspectiva de produção de composto orgânico; - Produção e beneficiamento de mel; - Produção de mudas para reflorestamento das matas ciliares; - Produção de mudas de plantas para o paisagismo urbano; - Cultivo e beneficiamento de plantas medicinais; - Previsão de ações de reciclagem e compostagem.	- Implementação: 5 (cinco) anos. - Assistência Técnica e Monitoramento: 10 (dez) anos.	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEA-GRI) e Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR).

	OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO	RESPONSÁVEL
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS – PRAD	Estabelecer as diretrizes técnicas e métodos para a recuperação de áreas degradadas no interior da polygonal do Parque do Ipitanga e no seu entorno.	Elaboração e implementação de PRAD nas áreas de valor ambiental afetadas por impactos resultantes de desmatamentos, terraplanagens, mineração e outras atividades que historicamente vêm comprometendo a qualidade ambiental da área. O PRAD constitui um conjunto de procedimentos ambientais que visam a atenuar e corrigir a degradação ambiental e paisagística. Define as medidas adequadas para a recuperação das áreas afetadas pela supressão vegetal, lançamento de esgotos, resíduos de exploração mineral, aterro sanitário e outras ações antrópicas, assegurando a proteção à área do Parque contra fatores que possam contribuir para degradar o ambiente resgatando a capacidade produtiva dos recursos ambientais e estimulando a população a usar adequadamente as áreas de valor ambiental. A elaboração do PRAD deve contemplar as seguintes atividades: - Diagnóstico da situação; - Avaliação ambiental considerando os aspectos biofísicos, socioeconômicos e urbanísticos; - Proposta de ações de recuperação de áreas degradadas; - Elaboração de plantas e memoriais descritivos que expressem as soluções propostas para recuperação das áreas degradadas, contendo indicações e instruções para recuperação, informando os métodos e técnicas para a recuperação das áreas degradadas identificadas; - Proposta para reabilitação do solo e dos recursos hídricos descrevendo as técnicas adequadas; - Elaboração de plano para despoluição das represas Ipitanga I, II e III; - Elaboração do programa de monitoramento, estabelecendo padrões e metas de qualidade; - Realização de reuniões públicas com a finalidade de apresentar os conceitos do PRAD à comunidade e, desse modo, de forma conjunta, permitir a identificação de áreas passíveis de recuperação; - Elaboração de Programa de Educação Ambiental; - Apresentação de cronograma e definição das estratégias para a execução do PRAD, os quais devem propor medidas que assegurem os resultados dos métodos aplicados, visando eliminar quaisquer fatores que possam dificultar o processo de recuperação.	- Elaboração dos PRADs: 01(um) ano. - Implementação: 05 (cinco) anos.	Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	- Evitar continuidade da contribuição de esgotos para o manancial; - Captar e/ou tratar a drenagem contaminada proveniente das ocupações do entorno; - Reduzir o processo de eutrofização dos reservatórios; - Reduzir custos de tratamento de água para abastecimento.	Os reservatórios do rio Ipitanga encontram-se submetidos a um processo de eutrofização, o que prejudica a qualidade da água, o equilíbrio ambiental e, em última instância, onera custos de tratamento da água usada para abastecimento. Esse processo se deve principalmente ao carreamento de esgotos domésticos provenientes das ocupações precárias estabelecidas no seu entorno, sem infraestrutura de esgotamento sanitário. Esse volume de esgotos alcança os rios contribuintes aos reservatórios ou os próprios reservatórios, diretamente. O Programa envolve a realização de ações para identificar as fontes de contribuição, estimativa de volume e a proposição de soluções para extinguir esse processo. As soluções poderão estar associadas à captação dos esgotos para o sistema de esgotamento do município de Salvador ou à criação de alternativas para que esses esgotos sejam tratados e, após tratamento, lançados aos reservatórios, com qualidade assegurada. As intervenções deverão ser realizadas como escopo do programa, monitorando-se a efetividade das ações. Ao final do programa, deverá ainda ser realizada uma avaliação da situação dos reservatórios, propondo-se, se for o caso, um projeto de remediação, o qual poderá envolver desde manobras operacionais a técnicas mais avançadas de limpeza para redução da matéria orgânica.	- Elaboração do Programa: 1 (um) ano. - Execução: 5 (cinco) anos.	Embasa

	OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO	RESPONSÁVEL
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO	- Garantir um fluxo interativo de troca de informações durante todo o processo de implementação do Parque; - Assegurar a boa informação sobre o Parque para a população em geral, buscando a colaboração no processo de implementação; - Manter um canal constante de contato com veículos de comunicação; - Dar visibilidade ao novo Parque em toda a RMS; - Produzir e distribuir material informativo sobre o Parque, mostrando a sua concepção.	Este programa deve conter um conjunto de ações e procedimentos para interação entre a SEMA/ DIRUC, comunidades do entorno, instituições e mídia, de forma a garantir a veiculação de informações sobre o Parque e também estabelecer um canal permanente para receber suas impressões, sugestões e demandas. O Programa deve ser a base conceitual e operacional das ações de comunicação entre os órgãos envolvidos na implementação do Parque, as comunidades e a população da RMS. Deve ser aberto a sugestões e contar com mecanismos permanentes de interlocução com públicos do entorno e outros interessados, dando especial atenção às populações que serão afetadas diretamente com a implementação do Parque. O Programa deve se apoiar em uma comunicação ativa, moderna, ousada, que efetivamente informe a população sobre os atributos, a importância e o conceito de Parque adotado, além das interferências temporárias ou permanentes. É importante prever o registro escrito e iconográfico das etapas de implementação do Parque, garantindo, no futuro, evidências comprobatórias da forma correta de implantação. Os registros são importantes também no sentido de reunir documentação do processo de execução do Parque para futura disponibilização ao público, quando da implantação do Museu-biblioteca. É necessário criar um conceito para a comunicação institucional do equipamento com a sociedade. Nesse sentido, será importante a concepção da marca do Parque e de peças publicitárias que possam ser veiculadas na mídia e distribuídas para os moradores do entorno, pois todo o processo de comunicação deverá estar apoiado em materiais informativos (folders, cartilhas, panfletos, cartazes, entre outros) para apresentar as informações à população de forma clara, utilizando recursos visuais que facilitem sua compreensão. Todas as interferências negativas que possam advir da implementação do Parque devem ser antecipadas, utilizando todos os recursos possíveis de comunicação e, sempre que possível, informar as medidas de mitigação ou compensação que serão adotadas. Devem ser promovidos encontros e diálogos periódicos com as comunidades, com o objetivo de informar, escutar e debater assuntos de interesse da população. A comunicação com a sociedade de forma mais ampla requer uma estratégia para desenvolver a ocupação de espaços na mídia em geral, sendo necessário valer-se do apoio de Agência de Publicidade que esteja a serviço do estado. A internet deve ser um instrumento sempre utilizado, valendo-se de aparatos de interatividade com o público, tais como: ouvidoria 0800, site, Twitter, Facebook, e-mail e blog. Convém realizar também a clipagem de notícias em todos os veículos de comunicação disponíveis e análise desse material, reorientando estratégias de comunicação, caso necessário. Todas as ações de comunicação devem valorizar aspectos culturais relevantes das comunidades do entorno. Como se trata de uma área com uma diversidade social e cultural significativa, de um contexto particularmente diferenciado de ocupação diante da configuração espacial do seu entorno urbanizado e adensado assim como de elevado valor ambiental, convém montar as campanhas de comunicação com concepções que permitam a identificação da população local e de suas referências. Deve ser realizada pesquisa de opinião quantitativa logo nos primeiros meses de implantação do Parque para colher da população do entorno as expectativas em relação ao equipamento. Deve ser também realizada uma campanha de massa, divulgando o Parque para a população da RMS. Durante a implantação, é importante que as informações sejam passadas de forma objetiva e segura, esclarecendo as interferências, horários, precauções, a quem recorrer em casos de acidentes etc	02 (dois) anos. - Após a implementação do Parque, um outro programa de comunicação deve ser elaborado com o objetivo de favorecer a interação do equipamento com a população em geral, divulgando o Parque, os eventos que venham a ser realizados e outras informações de interesse.	Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

	OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO	RESPONSÁVEL
PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	• Construir uma sólida rede de interação social fundada na educação ambiental, para que a gestão do Parque do Ipitanga esteja ancorada no princípio da sustentabilidade; • Promover a formação de lideranças das comunidades para a participação qualificada em fóruns, colegiados e demais instâncias de discussões políticas e técnicas; • Sensibilizar a comunidade sobre a importância do patrimônio ambiental existente; • Buscar o apoio e participação da comunidade para valorização e conservação da bacia hidrográfica do Ipitanga, bem como para a manutenção da integridade do Parque; • Promover a assimilação de conhecimentos, valores, habilidades e experiências que fortaleçam a capacidade das pessoas para agir individual e coletivamente na solução dos problemas ambientais locais; • Promover um processo de educação integrado a programas de conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Parque; • Executar políticas públicas, programas e atividades educativas e de comunicação voltadas para o (re)conhecimento, valorização, criação, implementação, gestão e defesa do Parque; • Formar cidadãos críticos e potenciais multiplicadores dos conceitos pautados nos princípios da Educação Ambiental e das práticas sustentáveis.	Esse Projeto de Educação Ambiental vincula-se ao Programa de Educação Ambiental associado ao Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga. Está, portanto, voltado a ações com temáticas de interesse do Parque, valorizando as suas características e problematizando as pressões, impactos e interferências na relação com o ambiente urbano. O projeto é concebido considerando duas abordagens distintas: • O Parque na RMS • O Parque e seu Entorno Na primeira abordagem, o público a ser mobilizado prioritariamente é formado por lideranças da RMS com atuação na área ambiental, políticos, gestores e técnicos de órgãos responsáveis pela questão ambiental dos municípios, gestores de outras unidades de conservação da RMS e responsáveis pela administração de parques urbanos. Nessa linha devem ser previstas atividades que, de uma forma ampla, possam afirmar a importância socioambiental da UC. Na segunda abordagem, o público será formado por lideranças e grupos sociais que mantêm uma relação mais direta com o Parque. Devem ser mobilizados as lideranças e os moradores das comunidades do entorno do Parque, desenvolvendo-se subprojetos do interesse da cada uma das comunidades, alinhados quanto ao tratamento da problemática específica da área. O mais importante é que os projetos sejam construídos de forma participativa, sempre articulando o objetivo geral de preservação do Parque com temas de interesse da comunidade.		

	OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO	RESPONSÁVEL
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE CICLOVIAS	- Promover as condições para monitoramento cotidiano das bordas do Parque; - Integrar o Parque ao sistema de ciclovia proposto no Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga, em articulação com a Ciclovia do Trabalhador.	Trata-se de projeto para integração das ciclovias existentes e propostas que prevejam pontos de apoio e descanso. A ciclovia é parte constitutiva do Sistema de Proteção do Parque e integra o conjunto de portais. Compõe o circuito de monitoramento, consistindo, nessa condição, em uma via de serviço que cumpre essa função, além das que lhes são próprias, como via destinada a veículos não motorizados, a exemplo de bicicletas e triciclos, tendo associada uma pista de cooper, segregada da faixa de ciclovia.	02 (dois) anos.	Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).
PROJETO DE ACESSIBILIDADE	Promover a acessibilidade universal às áreas dos Portais do Parque e à Ciclovia de Monitoramento.	Execução de projeto de acessibilidade envolvendo os roteiros de visitação do Parque, considerando as diretrizes e normas do Desenho Universal.	02 (dois) anos.	Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

An aerial photograph of a wide river flowing through a lush, dense forest. The river is the central focus, winding from the bottom left towards the top right. The surrounding forest is thick with various types of trees, creating a rich green canopy. In the upper middle part of the image, a small cluster of buildings, possibly a village or farmstead, is visible through the trees. The sky is a pale, hazy blue, suggesting a clear day. The overall scene conveys a sense of a large, protected natural area.

GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA

GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO IPITANGA

A participação social na gestão territorial urbana se tornou um requerimento de legitimidade, tanto em planos e projetos urbanos quanto no planejamento e gestão ambiental. É importante que a participação social ocorra sempre que as ações públicas e privadas sobre o território afetem o coletivo.

Experiências mostram o ganho trazido quando as comunidades se envolvem na gestão e participam das atividades de qualificação e manutenção das unidades de conservação. Adotar formas de participação social também pode fortalecer a liderança política da comunidade. Com efeito, as lideranças, sem vínculo com a gestão formal do município, podem representar forças políticas institucionais capazes de contribuir para a gestão do território. Através do envolvimento das comunidades e suas representações, é possível construir uma nova cultura de planejamento baseada em um processo de produção coletiva com resultados que reflitam os interesses dos habitantes da cidade.

A proposta de gestão do Parque Estadual do Ipitanga tem como diretriz orientadora a participação das comunidades locais e suas representações nas diversas instâncias e práticas que sejam necessárias para a garantia da consolidação e manutenção do projeto. A sustentabilidade do parque somente será possível se houver um envolvimento de entidades comprometidas com sua gestão.

No processo de revisão do PDDU de Salvador, a movimentação das comunidades no sentido de tornar a área novamente rural mostra a vontade de preservar características locais associadas a esse modo de vida. Considerando que essa ideia não foi incorporada, propõe-se um modelo de gestão que valorize as representações locais, viabilize a implementação

dos planos, programas e projetos propostos e que contribua para a manutenção de práticas rurais no Vetor Ipitanga, tendo como ponto de partida a própria criação e consolidação do Parque como Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Apesar de o Parque ser considerado um equipamento de abrangência metropolitana, bons resultados na gestão dependem da previsão de mecanismos capazes de estreitar os vínculos com as comunidades do entorno. Esses vínculos estão relacionados, hoje, com o abastecimento de água, pesca, lazer das crianças e também passam pelo reconhecimento da importância ambiental da área. Com a implementação do Parque, é importante o mapeamento desses usos para que se construam pactos para a preservação da sua integridade, resguardando usos tradicionais com formas de manejo que assegurem condições de manutenção da qualidade ambiental e, quando necessário, a recuperação das áreas degradadas.

Qualquer modelo de gestão que venha a ser implantado no Parque pressupõe a consolidação de vínculos existentes e a criação de outros, desde que convergentes com uma proposta de sustentabilidade. É preciso levar em consideração, que os vínculos se diferenciam nas relações de vizinhança estabelecidas pela comunidade com o Parque. Nas áreas menos urbanizadas, a relação com o Parque tem sido menos impactante devido à presença de sítios que, em muitos casos, conservam a vegetação na faixa mais próxima da represa. Na borda voltada para Boca da Mata/Cajazeiras, fica evidente o avanço da ocupação, comprometendo, em alguns casos, a faixa de proteção da mata ciliar.

Como mencionado anteriormente, em qualquer que seja o modelo de gestão pensado para o Parque, as entidades locais devem ser

incluídas como parte do processo. Por essa razão, o modelo sugerido denomina-se Gestão em Células.

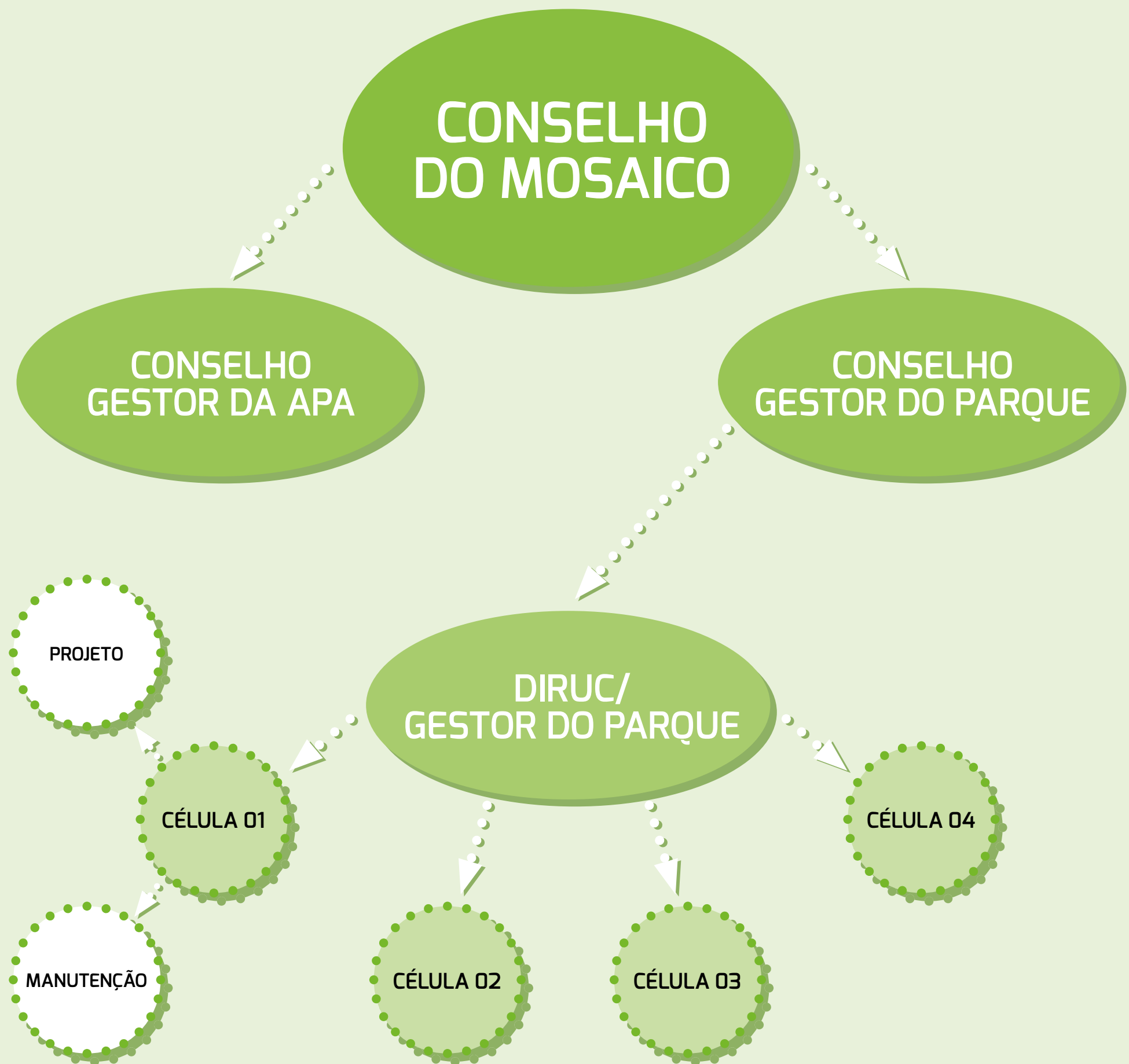
Esse modelo está ligado à concepção dos portais que terão uma área de influência própria (célula). A proposta é que cada um dos portais e suas células sejam administrados por uma entidade local, habilitada por meio de edital, sendo um de concessão e manutenção (coordenador e equipe técnica mínima de gestão) e outro de projeto, que envolveria as ações planejadas para o Parque, como recuperação ambiental, educação ambiental, atividade produtiva nas comunidades, agricultura urbana entre outras.

Os portais seriam então âncoras do modelo de gestão, com estruturas compatíveis com o cumprimento de suas funções, conciliando demandas da comunidade expressadas no processo participativo de construção do Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga e os requerimentos de proteção para o Parque.

Os componentes do modelo de gestão são:

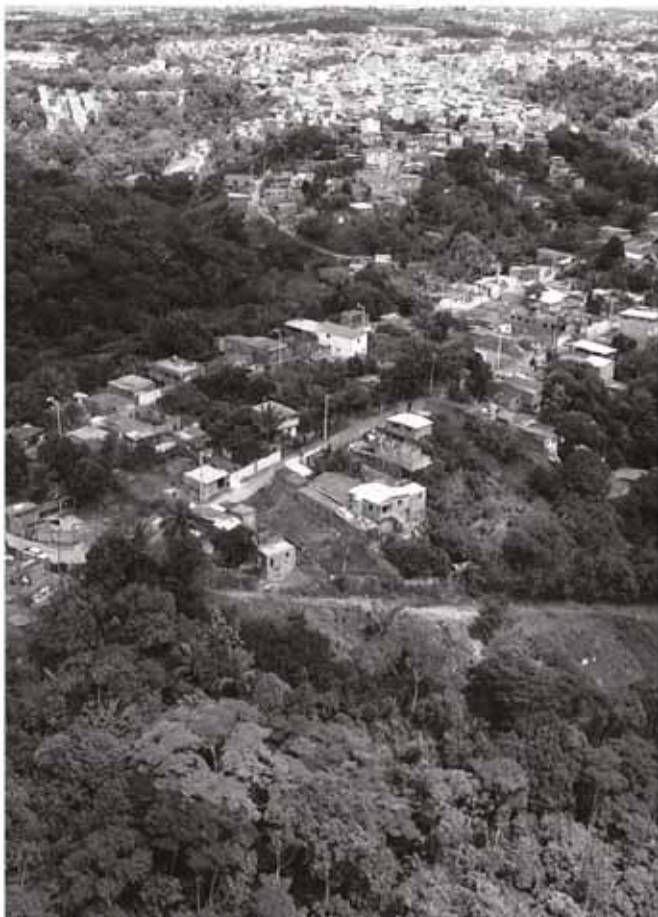
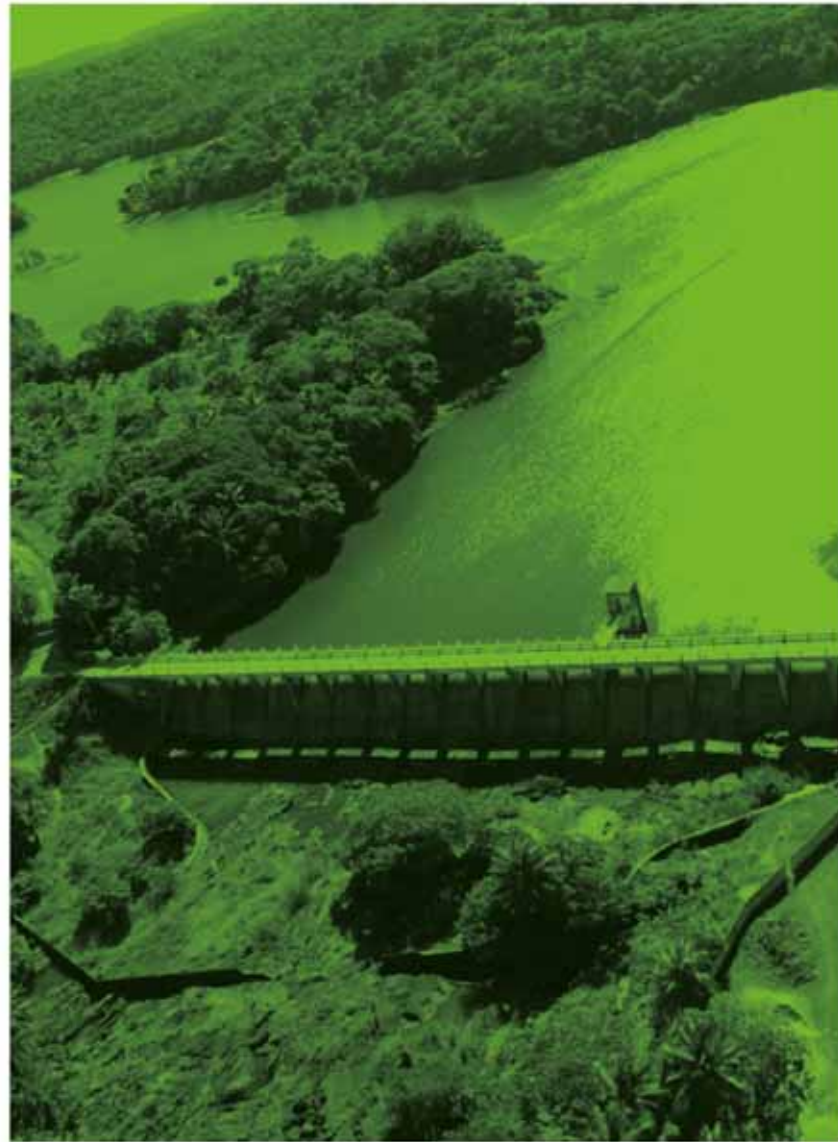
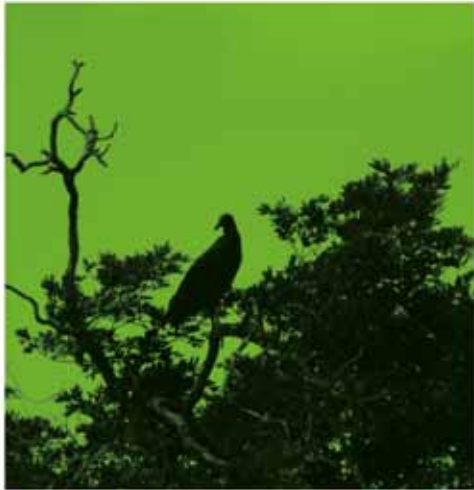
- ♦ **Conselho do Mosaico** – conselho consultivo paritário, com a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem.
- ♦ **Conselho Gestor do Parque do Ipitanga** – conselho constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, a ser presidido pelo INEMA.
- ♦ **Células** – são espaços associados aos portais principais e sob sua área de influência, onde se propõe a gestão específica por uma OS ou OSCIP. Cada célula terá uma estrutura física de apoio que servirá de base para a execução do projeto para o qual a OS ou a OSCIP tenha sido selecionada mediante chamamento público.

FIGURA 31 – DIAGRAMA DO MODELO DE GESTÃO



LISTA DE IMAGENS

- 13 – Figura 01 – Mapa de Localização do Parque
- 15 – Figura 02 – Mapa MasterPlan Vetor Ipitanga
- 16 – Figura 03 – Fotografia Aérea da Represa do Ipitanga I
- 17 – Figura 04 – Parque Metropolitano do Ipitanga I
- 19 – Figura 05 – Mapa de Pressões Incidentes
- 20 – Figura 06 – Mapa de Qualidade Ambiental
- 21 – Figura 07 – Fotografia Aérea da Represa do Ipitanga III
- 22 – Figura 08 – Fotografia Aérea da Represa do Ipitanga II
- 23 – Figura 09 – Linha do Tempo: Propostas para o Parque
- 34 – Figura 10 – Processo Participativo
- 25 – Figura 11 – Processo Participativo
- 27 – Figura 12 – Fotografia da Represa do Ipitanga II
- 28 – Figura 13 – Mapa Poligonal Parque Estadual do Ipitanga
- 29 – Figura 14 – Fotografia da Represa do Ipitanga I
- 30 – Figura 15 – Mapa da Via de Monitoramento
- 31 – Figura 16 – Situação 01 – Entre a Vegetação
- 31 – Figura 17 – Situação 02 – Contato com Área Urbanizada
- 31 – Figura 18 – Situação 03 – Via Elevada
- 31 – Figura 19 – Situação 04 – Acesso Via Elevada
- 32 – Figura 20 – Mapa de Localização dos Portais
- 33 – Figura 21 – Esquema de Distribuição – Portal Metropolitano 1
- 34 – Figura 22 – Mapa de Localização de Portais Metropolitanos
- 35 – Figura 23 – Esquema de Distribuição – Portal Metropolitano 2
- 36 – Figura 24 – Mapa Portais de Bairro
- 37 – Figura 25 – Esquema de Distribuição – Portal de Bairro
- 38 – Figura 26 – Mapa Portais de Vizinhança
- 39 – Figura 27 – Esquema de Distribuição – Portal de Vizinhança
- 40 – Figura 28 – Mapa dos Mirantes
- 41 – Figura 29 – Simulação de Mirante
- 42 – Figura 30 – Mapa Áreas de Apoio
- 61 – Figura 31 – Diagrama do Modelo de Gestão





Governo do
Estado da Bahia

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
HÍDRICA E SANEAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Consórcio
CHS HYDROS  fia